

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

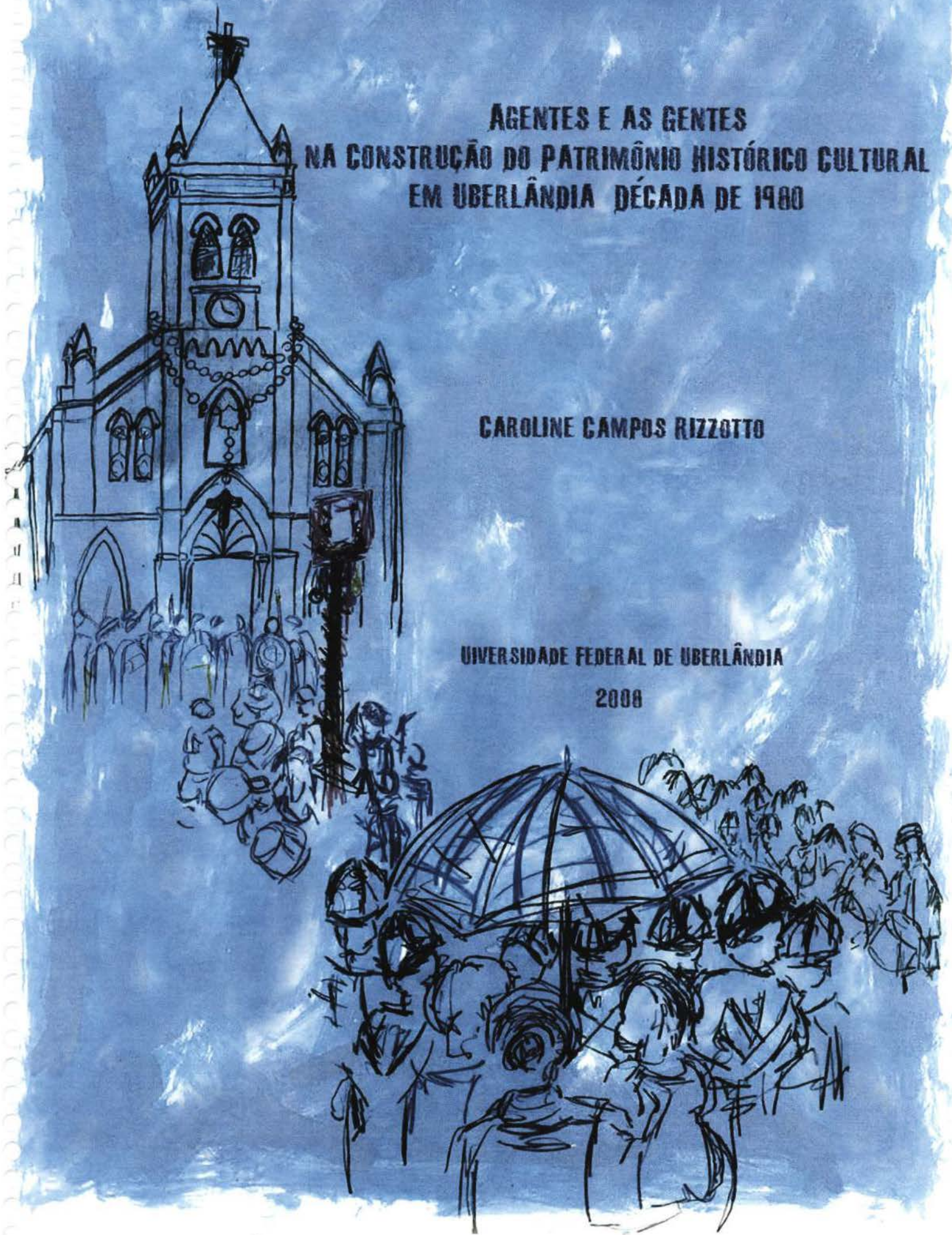
110
S.9/93
3633

**AGENTES E AS GENTES
NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
EM UBERLÂNDIA DÉCADA DE 1980**

CAROLINE CAMPOS RIZZOTTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2008



CAROLINE CAMPOS RIZZOTTO

**AGENTES E AS GENTES: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL EM UBERLÂNDIA – DÉCADA DE 1980**

UBERLÂNDIA – 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDH
Campus São Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Cep: 38400-902 - Uberlândia - MG - Brasil

CAROLINE CAMPOS RIZZOTTO

**AGENTES E AS GENTES: A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL EM UBERLÂNDIA – DÉCADA DE 1980**

Trabalho de monografia apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção de título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Newton Dângelo.

UBERLÂNDIA – 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Tel. 38409-902 Uberlândia - MG - Brasil

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Newton Dângelo
(Orientador – INHIS/UFU)

Profª Drª Luciene Lehmkuhl
(INHIS/UFU)

Prof. Dr. Antônio de Almeida
(INHIS/UFU)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso requer agradecimentos a algumas pessoas especiais, nesta trajetória de cinco anos de graduação:

Agradeço ao professor Newton Dângelo pela orientação a este trabalho, por me abrir as portas do Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular Imagem e Som no início da graduação e, me oportunizar as primeiras experiências em estágio e a pesquisa de Iniciação Científica.

À professora Luciene pelas importantes dicas e ajudas com meus trabalhos dentro e fora da Universidade e, por aceitar o convite para esta Banca.

Ao professor Antônio de Almeida pelo exemplo de docente que sempre transmite e por aceitar participar de minha Banca de defesa de monografia.

Aos professores/as Maria Clara, Christina, Wenceslau, Fátima, Florisvaldo e Josiane, por todas as contribuições na minha trajetória acadêmica.

Aos amigos/as Lillian, Fernanda, Renato, Flor, Rafael Guarato, Ana Flávia, Elmiro, Raphael, Roberta de Paula, Tadeu, Thaís, Glauber pela troca de conhecimento e momentos de descontração. Também à Jú querida.

Aos meus entrevistados, que se dispuseram a compartilhar comigo, fragmentos desta História.

Aos funcionários/as do arquivo Público.

Aos meus queridos irmãos Tiago e Vitor, pela amizade e amor e, a inspiração de bom humor que eles me dão todos os dias.

Aos meus queridos e amados pais, por estarem do meu lado em todos os momentos, meus maiores exemplos, carregam o mérito de cada conquista que eu alcanço.

E enfim, mas de forma tão especial agradeço ao Diogo, meu amor e, anjo da guarda durante esta minha formação e meus projetos de vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1	15
1.1 – SPHAN, IPHAN e Patrimônio Histórico no Brasil	16
1.2 – Uberlândia: entre o progresso e a preservação	23
1.3 – Articulação política: ensejos de uma política municipal para a preservação	34
CAPÍTULO 2	50
2.1 – Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga: seu processo de preservação.....	51
2.2 – Igreja Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia: novos tombamentos, velhas práticas.....	63
2.3 – Práticas de preservação do patrimônio histórico em Uberlândia: a distância entre tomar e preservar	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
ANEXOS	75
BIBLIOGRAFIA	77

Introdução

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado.¹

Neste trabalho, procuro abordar as relações que se estabeleceram a partir do Patrimônio Histórico Cultural² na cidade de Uberlândia, na década de 1980, acompanhando os agentes por onde partiam as iniciativas de preservação e os sujeitos que estiveram afastados destas ações.

Os agentes considerados neste trabalho são as pessoas que se envolveram diretamente com o patrimônio histórico de Uberlândia, quais sejam: professores universitários, ou funcionários da recém criada secretaria de cultura na década de 1980, membros do Comphac - Conselho de Patrimônio da cidade - memorialistas, ou até indiretamente, os empresários da construção civil.

As gentes, por outro lado, são os cidadãos da cidade, transeuntes, comerciantes, camelôs, congadeiros, moradores do município que, de alguma forma, recebem estas ações e sentem ou não a sua identidade nos símbolos instituídos.

Para contextualizar a pesquisa, necessário se faz incorrer sobre uma reflexão política. Neste período da década de 1980 em Uberlândia a gestão peemedebista tentou criar uma política cultural para o Patrimônio Histórico com alguns desdobramentos, como a criação de um Conselho Municipal de Patrimônio, a criação da lei que organiza o patrimônio histórico de Uberlândia, alguns tombamentos de imóveis e encontros de cultura. Nota-se, entretanto, posicionamentos contrários por parte de alguns segmentos da sociedade em relação a esta nova política cultural.

A princípio, a discussão sobre preservação de Patrimônios Históricos muito me motivou a pesquisar sobre a realidade da cidade de Uberlândia. Em oportunidades

¹ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, n.17, nov., 1998, p. 83

² No decorrer do trabalho utilizamos as palavras Patrimônio Histórico ou Patrimônio Histórico Cultural, mas em qualquer denominação destas o sentido de Patrimônio que referimos é da moderna concepção antropológica de cultura que considera tudo que caracterize uma dada sociedade, conhecimentos, crenças, hábitos etc. Esta concepção mais ampla já foi incorporada há vários anos nos estudos acadêmicos e na própria legislação, por isso, mesmo que utilizemos diferentes denominações é imprescindível pensá-la indissociavelmente da definição de cultura.

de viajar e conhecer diferentes cidades, cidades históricas, pequenas ou grandes, estou sempre pensando o que significaria o patrimônio cultural nestas sociedades em plena transformação. Geralmente o Patrimônio Cultural é uma questão extremamente complexa, porque em cada lugar está ligado a determinadas motivações. Inquietava-me saber nesses lugares, se esse patrimônio histórico teria um efetivo e afetivo sentido para as pessoas. Este questionamento, por sua vez, me impulsionou a refletir acerca destes interesses, significados e ações concretas. Como Gilberto Velho assegura, *assim, estamos lidando, ao examinarmos políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios*.³

Compartilho a idéia de que é um sentimento natural (e importante) que os indivíduos sintam a necessidade de ter antepassados, de referências e experiências passadas, e que disso depende nossa compreensão do que somos hoje e das nossas identidades.⁴ Os bens culturais preservados podem ser portadores de informações, e serem suportes de memória para uma sociedade. Mas o palco da preservação de patrimônios históricos tem uma trajetória complexa a ser analisada, levando-se em conta que o campo cultural, neste caso, é um campo da disputa pela memória.

Quando me deparo com determinados bens culturais fico tentando desvendar se aquele bem é significativo para determinada sociedade. Percebo que algumas cidades se voltam para uma extrema valorização e revitalização de seus bens, por terem maior sensibilidade a esta questão. Algumas comunidades mais organizadas tomam a preservação como posicionamento político para preservar sua história, muitas pretendem preservar e revitalizar bens que os transformem em circuito turístico e possam atrair um retorno financeiro e algumas recebem incentivos financeiros do Estado, para tentar perpetuar determinada memória, enfim, considero sempre curioso pensar as nuances destas ações.

Desde que comecei a me envolver com este tema por ocasião de meu estágio no Centro de Documentação e Pesquisa em História, CDHIS, no quinto período da graduação, mesmo que timidamente já comecei a fazer certas reflexões sobre preservação e memória.

³ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**. Rio de Janeiro, vol.12, Abr., 2006.

⁴ LOWENTHAL, 1998, p. 63-201.

Comecei a estudar mais diretamente o tema quando me ingressei no POPULIS – Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som. Fui convidada pelo professor Newton Dângelo a ser estagiária no curso de Extensão *História, Memória e identidades em Uberlândia*. Tal curso era destinado à capacitação de professores da rede pública.

Nos dois últimos anos também consegui elaborar e executar dois projetos voltados para a área de Patrimônio Histórico Cultural, aprovados e financiados pela Lei de Incentivo à Cultura de Uberlândia. Estes dois projetos intitulados *Uberlândia em Postais: resgatando a memória e o patrimônio cultural* (2006) e o *I Simpósio de Patrimônio Histórico Cultural do Triângulo Mineiro* (2007), foram oportunidades em que pude contribuir para a democratização do acesso aos acervos de documentação da cidade, que guardam importantes memórias e, no segundo projeto, com a realização de um Simpósio, reunir pesquisadores brasileiros para renovar a discussão de Patrimônio Histórico Cultural em Uberlândia e região. É importante ressaltar que estes dois projetos foram fundamentais para minha formação, pois tive oportunidade de lidar e conhecer melhor as articulações políticas e culturais que envolvem, na prática, a preservação do patrimônio histórico. Pude também conhecer e conversar com pessoas que administram o setor em Uberlândia e de outras cidades, conhecer sobre concessão de verbas, burocracias e jogos de interesses que existem neste meio.

Neste ano de 2007, também ingressei como conselheira suplente do Conselho de Patrimônio Histórico da cidade (Comphac) e acredito que todas estas experiências são importantes para um olhar mais amplo à minha pesquisa.

Para pesquisar esta proposta de um “novo” olhar para o passado da cidade, preocupei-me primeiro em pensar os “marcos de sua memória”. Pude entender como essas primeiras ações de seleção e valorização da memória aconteceram em Uberlândia neste período estudado, o que é recorrente em várias cidades, e até mesmo em algumas nações. Práticas de se voltar para o passado que, muitas vezes, acontecem em momentos de ruptura política, crises e reconstrução de sociedades pós conflitos, na busca de uma memória tranquilizante, a fim de descobrir raízes, ou preservar elementos que ligam-nos aos antepassados. Muitas destas iniciativas partem de um único grupo ou de um poder instituído, onde há um grande risco de não resgatar-se ou preservar-se um passado plural:

Durante muito tempo se preservou com os conceitos de uma determinada classe, pretendendo que a maioria aceitasse esses conceitos, o que, realmente, não é possível; então, a preservação não tem autenticidade exatamente porque ela não é um resultado técnico de um trabalho comunitário, ela não é o resultado político de uma ação social. Realmente, aqui reside todo o erro que até hoje nós temos notado, ou pelo menos o erro principal, o mais grave, nas atitudes, nos mecanismos da política de preservação.⁵

Apesar de Arantes estar se referindo à década de 1980, esta tem sido uma questão gradativamente criticada, que não posso dizer que esteja superada. É deste ponto de vista, ou seja, por ser a prática da preservação uma prática social carregada de valores, intenções e responsabilidades é que acredito que o problema não está apenas em preservar, mas em como o fizeram ou o fazem. A escolha e a defesa do que será preservado e lembrado para futuras gerações carrega uma séria responsabilidade que não deveria ter o caráter com o qual muitas vezes nos deparamos, isto é, de uma memória oficial homogeneizadora.

De algumas décadas para cá, a discussão sobre preservação de patrimônios históricos, mesmo que enfocada ainda sob diversas críticas no Brasil, de fato teve avanços na área, principalmente por ter se tornado um tema politizado. Estudos que analisam as condições históricas, nas quais muitas premissas de preservação do patrimônio histórico no Brasil foram forjadas, apontam hoje para uma constante luta pela cidadania cultural que articula a preservação do meio ambiente, direitos à pluralidade, e reivindicação ao *direito à memória* indicam discussões positivas.⁶

No Brasil já foram incorporados novos elementos que ampliam a concepção de patrimônio cultural. A Constituição brasileira de 1988 afirma que

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, portadores de referência a

⁵ ARANTES, Antônio Augusto (org). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984, p. 88.

⁶ O livro "O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania organizado" pelo Departamento do Patrimônio histórico em São Paulo em 1992 que reúne artigos de diversos autores é uma importante referência ao trabalho, visto que inaugura reflexões sobre o direito à memória, o direito ao passado, sendo incorporada a pauta da cidadania cultural para fazer surgir a diversidade e a diferença no campo da preservação.

identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-cultural; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artístico, arqueológico, ecológico e científico.⁷

A nova definição referente ao patrimônio histórico oferece – pelo menos legalmente - mais abertura e possibilidade de proteção e valorização da cultura popular, por tanto tempo silenciada nas políticas nacionais, estaduais ou municipais de preservação de patrimônio Histórico, bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade e a memória de diversos grupos sociais (Constituição de 1988). Quando se busca esta premissa é que a meu ver a preservação têm relevância, quando se refere a salvaguarda de várias memórias e bens patrimoniais que sejam referências para nossas identidades, ressaltando essa pluralidade.

Por muito tempo se falou em identidade, uma que fosse unificadora, principalmente a tão propalada identidade nacional, que representa a ligação a lugares, eventos, símbolos e histórias particulares da nação, sobretudo buscada pelas nações modernas para consolidar o processo dos Estados Nações.

A preservação vinculada aos nacionalismos dos Estados-Nações serviria para tentar integrar e criar uma identidade única que favorecesse a coesão nacional e o sentimento ao qual todos os homens deveriam se integrar em prol da nação. Ao tentar compreender alguns sentidos que o patrimônio histórico teve para os Estados faço uma referência a um dos sentidos do passado abordado por Hobsbawm.⁸ Referindo-se aos usos do passado, o autor exemplifica que nos nacionalismos que utilizam elementos de um passado histórico, real ou imaginário, esse passado pode ser usado como instrumento para a fabricação do presente. Neste caso, o passado invocado é um artefato.

⁷ BRASIL. Constituição. Brasília, 1988, p.141.

⁸ HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.28.

No discurso para construção do nacionalismo através de símbolos nacionais e do patrimônio histórico de uma nação, o conceito de identidade esteve sempre em evidência, e o objetivo principal é buscar a identidade nacional.

Como produto de intensas reflexões na teoria social, refiro-me aos estudos de Hall, *que tem como objetivo apresentar um quadro abrangente do estado atual do debate sobre a questão da identidade cultural*,⁹ em que lança olhares acerca das transformações do conceito de identidade. Atualmente a questão da identidade tem refutado as antigas identidades que estabilizaram os discursos, e tem-se uma nova visão para as identidades e a fragmentação do indivíduo moderno. Uma das naturezas desta mudança advém do conhecido processo da globalização, os fluxos culturais, o consumismo global entre nações e os processos de imigração:

Isso produz o sujeito pós-moderno, conceituado como isento de identidade fixa, permanente ou essencial. A identidade tornou-se uma “festa móvel”. Formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados e tratados nos sistemas culturais que nos circundam¹⁰

A própria busca de uma identidade nacional continua sendo representada como unificada, é associada a um mito, sendo mais um dispositivo discursivo que desfaz a diferença como unidade ou identidade.¹¹ O próprio autor afirma que, na Europa ocidental, consideração válida também para demais regiões continentais, não existem nações que sejam compostas de um único povo, uma única cultura ou etnicidade. *As nações modernas são todas híbridos culturais.*

Ela é histórica, não biologicamente definida. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um self coerente (...)[Se sentirmos que temos uma identidade unificada do nascimento à morte, é somente porque construímos uma história confortante ou uma “narrativa do self” sobre nós mesmos. A identidade totalmente segura, completa,

⁹ ARANTES, Antônio Augusto. Nota Introdutória. In: HALL, Stuart. **A questão da identidade Cultural**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

¹⁰ HALL, Stuart. **A questão da Identidade Cultural**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998, p.11.

¹¹ Ibidem, p. 11.

unificada e coerente é uma fantasia. Ao contrário, à medida que os sistemas de significado e de representação cultural multiplicam-se, confrontamo-nos com uma multiplicidade difusa, confusa e fluida de identidades possíveis, podendo nos identificar com cada uma delas – ao menos temporariamente.¹²

Transportando estas discussões para o âmbito da história local, e pensando na preservação de patrimônios históricos, vale considerar os vários sentidos atribuídos aos bens que informam estas identidades. Entretanto, geralmente as ações endereçadas a uma nação ou em menor escala, a um povo de determinada região, não poderiam perder de vista a significação da cultura popular. Nas ações práticas de preservação pouco se consegue incorporar ou mesmo reconhecer da experiência social das culturas populares, salvo que a nova política de registro de patrimônio imaterial (instituído em 2000) vem tentando inserir a cultura popular em suas políticas na condição de protagonistas.

Com estas discussões, percebo as iniciativas com inúmeras questões não resolvidas, mas o registro do patrimônio imaterial pode ser visto positivamente no sentido que propõe um olhar diferente daquele que as políticas de preservação historicamente construíram, de um determinado passado que silencia tantas experiências populares.

Nas políticas de preservação do Patrimônio Histórico Cultural, ainda por diversas vezes é reproduzido um patrimônio “sem significado”. Sobre isso, que Rioux afirma:

mesmo que salvaguardado, este patrimônio *in extenso* faz parte de uma lógica da imagem, do espetáculo e da museolização que assenta no “júbilo de uma repetição absoluta e fiel a si mesma”. Esta encenação dos objetos e costumes, esta teatralização dos restos de memória comparam-se a paragem do tempo, a “uma paragem da imagem”; essa memória petrificada já não sabe esquecer, acumula imagens vãs e confirma a debilidade das formas antigas da vida social que pretende reabilitar. Nada prova que possa um dia ultrapassar o risco deste diálogo mórbido. Porque, afinal **“o efeito-patrimônio” volta-se contra**

¹² HALL, 1998, p. 11.

ele próprio e exibe sua contradição: sem querer nada esquecer, já não se pode recordar.¹³

Para compreender o processo do efeito patrimônio no âmbito da cidade de Uberlândia, recorri a pesquisas nas fontes jornalísticas, pesquisando nos dois jornais que circulavam na década de 1980, Jornal Correio de Uberlândia e Jornal Primeira Hora, inventários dos bens tombados, documentos e dossiês relativos aos tombamentos, algumas atas do Comphac, projetos de lei da Câmara Municipal de Uberlândia e, por fim, ao depoimento de alguns interlocutores que participaram direta ou indiretamente deste processo.

Estes interlocutores foram: Maria Clara Tomaz Machado, professora do Departamento de História – UFU, Jane de Fátima, professora aposentada do Departamento de História – UFU, ambas participaram do primeiro Projeto de Preservação do Município. Miriam Massaro, funcionária aposentada da Prefeitura Municipal de Uberlândia, uma das primeiras funcionárias da Divisão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura. Siomar Rodrigues, escritor, que esteve envolvido no processo de tombamento da antiga Câmara Municipal. Olga Helena da Costa, ex-vereadora, autora da lei de Patrimônio Histórico da cidade e membro do Comphac, Ilma Naves Tavares, moradora do Bairro Bom Jesus e ex-membro do Monuva na década de 1980, Jeremias Brasileiro, congadeiro e atual General da Festa do Congado de Uberlândia. Dona Diva Aparecida da Silva e Senhor Hélio Rodrigues da Cunha, antigos moradores do Distrito de Miraporanga.

Durante a escrita do trabalho, considerei pertinente inserir algumas fotos de imóveis que foram analisados, a fim de oferecer referência ao leitor e melhor visualização sobre os imóveis e lugares aos quais me refiro ao longo da pesquisa.

¹³ RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma História Cultural**. Editora Estampa: Lisboa, 1998, p. 330.

Capítulo — 1

As Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e em Ubertândia.

1.1 – SPHAN, IPHAN e patrimônio histórico no Brasil.

Neste capítulo apresento uma revisão teórica relevante para entendimento do tema. Aproveito as contribuições de Kersten, Fonseca, Gonçalves, dentre outros autores que estudaram o assunto. Nos propomos a compreender a inserção de Uberlândia neste contexto cultural brasileiro vivido no início da década de 1980 e, focalizar o olhar no surgimento de concepções sobre preservação na cidade, assim como, as articulações destes agentes e grupos envolvidos direto ou indiretamente com a preservação do Patrimônio Histórico no município de Uberlândia.

As práticas oficiais de preservação nasceram na Itália, num espaço restrito, originalmente concentrado na Europa. Depois foram ampliando-se e internacionalizando-se. O interesse com as antiguidades, depois com monumentos, passando a monumentos históricos, e hoje, o termo patrimônio histórico cultural que teve uma origem privada na Antiguidade, foi transformando-se ao longo dos séculos principalmente com o advento de uma administração da preservação assumida pelos Estados no século XX.¹

No século XX essa noção ganha amplitude intercontinental na qual o Brasil vai inserir-se. Com tantas transformações no cenário urbano advindas da modernidade e dos novos processos de industrialização, esses fatores foram despertando e produzindo paradoxalmente a necessidade de se “guardar” o passado que se esvaía rapidamente. Essa nova sensibilidade aliou-se a outras motivações para surgir a proteção do patrimônio histórico como é conhecido atualmente.

A preservação de símbolos remanescentes do passado toma um novo (e o mais conhecido) sentido quando foi utilizado forjando a criação dos Estados-nações. A noção de patrimônio passou a servir ao processo de consolidação dos estados modernos, quando seu principal intuito era criar uma identidade nacional, seja através da busca ou invenção das tradições. Também ressaltado por KERSTEN, a idéia moderna de estado nação, apesar das particularidades, baseia-se na ficção da existência de um patrimônio cultural coletivo

¹ Uma investigação mais profunda sobre o culto do patrimônio histórico, desde a genealogia de seus conceitos, como a definição de monumento histórico até o patrimônio histórico na era da indústria cultural pode ser consultada em: CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

como unificador, patrimônio que cria a ilusão de uma cultura comum, que constitui o sustentáculo da nacionalidade.²

Essa construção e uso do patrimônio para a nação dá legitimidade a uma determinada história que desejam perpetuar. É importante generalizar que, neste tipo de política, determinados símbolos do passado, tem como maior objetivo promover a criação de uma identidade unificada para todo povo, reforçando a coesão nacional. É de grande interesse para os governantes dos Estados, que buscavam (e buscam) unidade, nacionalismo de seus cidadãos, um povo cooperador do Estado. E, diga-se de passagem, não são objetivos consoantes com a garantia e de valorização das culturas e seus efetivos elos com o passado.

Analisando a fórmula repetida em alguns países, Fonseca concluiu que a *preservação como atividade sistemática só se tornou possível, portanto, porque ao interesse cultural se acrescentaram um interesse político e uma justificativa ideológica.*³

Observando a trajetória brasileira, posso considerar também que esse interesse político foi um dos motivadores das políticas culturais de preservação. A preocupação do Brasil com os vestígios do seu passado começou ter mais ênfase em meados de 1920, a partir da preocupação dos modernistas e outros grupos de intelectuais. Logo, com a articulação do Estado Novo (1937), governo e intelectuais tomaram para si a tarefa de organizar e dirigir ao seu modo toda a política cultural voltada para salvar e proteger determinados vestígios do passado que representassem a nação. No contexto político autoritário do recém estabelecido Estado Novo e com um intuito modernizador destes primeiros agentes, os intelectuais buscavam criar uma autenticidade brasileira e, conseqüentemente, um novo Brasil.

Nos anos 20 e 30, diferentes respostas foram apresentadas. Aqueles intelectuais identificados com o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmo como uma elite cultural e política cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, levando o país ao plano das nações européias mais avançadas. No entanto, é importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da

² KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do Tombamento e a Escrita da História:** Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p. 43.

³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC/IPHAN, 2005, p. 60.

necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental.⁴

Os modernistas foram um dos envolvidos no processo de “idealização” do patrimônio histórico no Brasil, pois mostraram o interesse intelectual brasileiro em invocar e preservar uma identidade nacional participando dos primeiros projetos e discussões a respeito do tema no Brasil.

Estes intelectuais modernistas abraçaram a criação de uma nova linguagem estética, no sentido de ruptura com o passado, mas também se voltaram para a construção de uma tradição. Por isso era necessário “criar ou preservar” a singularidade, para formar uma tradição autônoma. A instituição do órgão público responsável pela preservação de patrimônios históricos – SPHAN⁵ foi criada juntamente com o governo Vargas, em 1937, em que o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado. Nota-se que esta política foi dirigida marcadamente por uma imposição, criando-se um circuito fechado, regido pelo paternalismo dos agentes e dos intelectuais engajados na área, onde o povo não aparece como agente neste espaço e os intelectuais tomam para si a atitude de que caberia a eles próprios levar a cultura para o povo. Como afirmou Fonseca,

(...) os intelectuais do Sphan consideravam legítimo o exercício dessa autoridade, na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação, uma vez que a sociedade ainda não tinha alcançado a consciência destes valores.⁶

Esta concepção paternalista foi marcada principalmente na primeira fase da instituição, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade que ficou na direção do SPHAN até a segunda metade da década de 1960. Dedicou-se inteiramente à causa do patrimônio por longos anos, a quem denominam inclusive a expressão “o patrimônio de Rodrigo”⁷

⁴ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da Perda**: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 2002, p. 41.

⁵ O órgão foi criado em 1937 com a denominação de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1946 passa a denominar-se DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e em 1970 é que passou a ter a nomenclatura atual de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁶ FONSECA, 2005, p. 110.

⁷ Ver: GONÇALVES, 2002.

para destacar intensa identificação entre ele e a instituição. Dirigiu e lutou contra alguns setores da sociedade, justificando que a proteção do patrimônio não era uma atividade “romântica” ou “sentimental”, mas um dever a ser cumprido por todas as nações “civilizadas” do mundo. Esse primeiro período também conhecido como “fase heróica” do Sphan, advém da situação descrita pelos profissionais da área de que as pessoas tinham que ser convencidas sobre a existência de um patrimônio histórico brasileiro, pois tínhamos uma população supostamente “indiferente” ou “ignorante” à causa do patrimônio. Após longos anos, só a partir da década de 1970 essa primeira fase da instituição passou a ser criticada e revista, por estar distante dos interesses da sociedade e pelo caráter elitista do trabalho que vinha sendo desenvolvido.

O importante anteprojeto de Mário de Andrade, feito na primeira fase ainda no período de constituição do Sphan, a pedido do ministro do MES (Ministério da Educação e Saúde) Gustavo Capanema, para basear a lei do patrimônio, diferenciava-se da concepção dos outros intelectuais modernistas e inovava em ideais. Tinha uma concepção mais abrangente de patrimônio histórico e inclusive já propunha não só a preocupação com patrimônios materiais como também imateriais, valorizando os modos de viver e fazer, os vários elementos artísticos e histórico culturais. Porém, este anteprojeto foi rejeitado em favor do decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937, que era mais restritivo na concepção e para os dirigentes, mais adequado aquele momento.

Tal documento elaborado por Mario de Andrade serve até hoje de paradigma para pesquisadores, já que nele se percebe extensa preocupação com o conceito de bem cultural, a sua definição em oito categorias e subcategorias, ainda atuais, pois hoje pode-se retirar tendências deste documento que só foram incorporadas de algumas décadas para cá, como a proteção de determinados bens imateriais e a percepção de que o bem não necessariamente precisaria ser um bem monumental de aspecto grandioso. *Em síntese, o anteprojeto possui aspectos da proteção dos bens culturais que anteciparam as tendências modernas, surgidas trinta anos depois, justificando ainda o seu estudo e aplicação.*⁸ Com um sentido mais amplo de patrimônio, a visão andradiana pauta na idéia de que o

⁸ SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 30, MINC/IPHAN, 2002, p. 129.

patrimônio não se compõe apenas de edifícios e obras de arte erudita, estando também presente no produto da “alma popular”⁹.

Dentre a inovação do anteprojeto e novas abordagens no auge da institucionalização do órgão de preservação no governo getulista, o decreto que substituiu o anteprojeto de Mário de Andrade era voltado basicamente para garantir meramente meios de atuação legal. *Como se sabe, o conceito revolucionário e visionário de patrimônio do poeta paulista não vingou naquela época, nem chegou a ser codificado em termos legais.*¹⁰

Na prática as intenções do Sphan eram claras. A prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, priorizando monumentos arquitetônicos e a arquitetura religiosa que de acordo com seu dirigente eram o que se considerava o traço da civilização brasileira. Sobre esse foco restrito FONSECA comenta que:

(...) dados vêm confirmar o fato já amplamente comentado de que a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do Sphan... não havia, então, por parte do Sphan, a preocupação de incorporar os avanços da historiografia nacional e internacional.¹¹

O que me chama a atenção em todo este histórico de Sphan e também já duramente criticado por vários autores, é a cristalização da concepção de preservação voltada para os patrimônios de pedra e cal e políticas em que o processo de decisão, seleção e valorização dos bens a serem tombados é conduzido quase exclusivamente por funcionários das instituições ou por seus consultores, ainda que, na década de 1970-1980, tem-se uma tentativa de ruptura com esse modelo, na administração de Aloísio Magalhães.

Nacionalmente, houve uma evidente ampliação de perspectivas na década 1970-1980, principalmente com a criação do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), dirigido por Aloísio Magalhães, um grupo formado de professores, empresários, sociólogos e artistas, que surgiu fora da burocracia estatal, fruto de um convênio entre diversas entidades que se consolidou em 1975 nas dependências da UNB (Universidade

⁹ SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 51.

¹⁰ Ibidem, p.51.

¹¹ FONSECA, 2005, p. 114.

Nacional de Brasília). Este grupo criticou as práticas do tradicional trabalho do Sphan, onde predominavam os arquitetos.

Tal grupo já se diferenciava do Sphan por sua equipe não ser formada por profissionais de uma única área. Uma das principais propostas do grupo era a democratização da política federal de preservação do patrimônio no Brasil. Usaram o espaço para discutir novas propostas e constituir um espaço de experimentação. Como exemplo das propostas do grupo sobre o campo de museus, a intenção era evitar que se impusessem aos museus brasileiros modelos externos, adequados a outras realidades, e possibilitar que o trabalho interno partisse do conhecimento proposto pelos museus no Brasil. Sobre este grupo que se tornou um marco positivo na política nacional de preservação do patrimônio no Brasil, é importante destacar a perspectiva de seus trabalhos:

Visavam uma nova perspectiva de valorização da cultura brasileira e em particular da cultura popular, “atuaria como vacina contra as poderosas influências externas que descaracterizavam a nação” [...] Ao CNRC não interessava, portanto, atuar sobre bens que fossem meros signos do passado; para proteger esses bens já existiam instituições e museus suficientes. Seu interesse se voltava para as manifestações culturais vivas, inseridas em práticas sociais contemporâneas.¹²

Em 1979 o Centro de referência conseguiu ser incorporado ao IPHAN, e Aloísio assume a diretoria. Nas declarações de Aloísio, percebia-se a crítica sobre a inadequação das instituições culturais do Estado para lidar com a necessidade de mudança, colocando-se a partir de então à disposição para as mudanças necessárias. *Tudo apontava para uma política cultural que se dispusesse a conhecer o Brasil. Identificar seus múltiplos referenciais culturais. Redescobrir sua heterogeneidade cultural, visto que a homogeneidade é a inverdade.*¹³

Essa gestão desenvolveu alguns importantes projetos, mas tornou-se referência sobretudo pelas ampliações conceituais. A gestão de Aloísio Magalhães finaliza com o seu

¹² FONCECA, 2005, p. 152.

¹³ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró Memória, 1985, p. 15.

falecimento em 1982 em Veneza onde ele representava o Brasil na Reunião dos Ministros da Cultura dos Países Latinos.¹⁴

Embora não tenha-se efetivado de fato uma nova gestão do patrimônio no Brasil, esse período de 1970 a 1980 demarcou a descentralização das ações preservacionistas no Brasil com o surgimento de novas discussões sobre cultura e o positivo discurso de estimular a participação social e a democracia no campo das políticas culturais.

¹⁴ MAGALHÃES, 1985, p. 35.

1.2 – Uberlândia: entre o progresso e a preservação.

A década de 1980 é um que período que trouxe um novo olhar para a memória histórica da cidade de Uberlândia, novo no sentido de que até então não houvera nenhuma amostra sistemática sobre preservação de fragmentos da história da cidade como patrimônio histórico cultural, exceto um tombamento que aconteceu em 1968 da igreja do distrito de Miraporanga.

Neste período analisado, os professores da Universidade Federal de Uberlândia do antigo Departamento de Ciências Sociais, neste caso, primeiros agentes envolvidos com a preservação do patrimônio histórico da cidade, ao tentarem preservar vestígios do passado, buscaram romper com a antiga e recorrente posição dos ex-governantes e da elite uberlandense de buscar projetar e materializar uma cidade moderna e progressista, em que não cabia nela a permanência de reminiscências do passado: casas velhas ou ruas estreitas.

Essas elites dirigentes, formadas por antigos governantes e empresários sempre prezaram primeiramente que a cidade fosse modelo de cidade moderna e voltada para o futuro. Lopes, ao analisar as transformações e redimensionamentos do espaço urbano da cidade de Uberlândia percebeu no plano de urbanização da cidade como as elites pensaram ou como queriam que ela fosse conhecida. E sobre isso, a cidade, desde sua emancipação, teria um destino e uma aposta num futuro que foi cotidianamente arquitetado. Este discurso foi se materializando e compondo um cenário, no qual a cidade foi compondo-se “moderna”.¹⁵

O discurso do progresso das elites políticas da cidade, pode-se ver claramente representado na imprensa local, com as constantes reportagens que estavam a todo o momento divulgando mensagens sobre as tendências mundiais da modernização e medindo seu grau de modernização local, fazendo comparações com outras cidades do país.

Sobre essa tendência da cidade, algumas reportagens da imprensa exemplificam e esclarecem sobre a inexistência de qualquer preocupação em preservação da memória. Este ideal de ser cidade grande, rica e modelo de modernidade sempre foi forte e está

¹⁵ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia – 1950/1980**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

balizado nas pesquisas sobre a história local¹⁶; um ideal que não concebia pensar que um imóvel antigo poderia ser preservado como um bem importante para a história da cidade, pois a sua permanência parecia atrapalhar o progresso.

Como o jornal é uma fonte muito importante para pesquisas históricas, e também foi utilizado neste trabalho de pesquisa sobre o patrimônio histórico em Uberlândia. Compartilhamos da premissa que a imprensa diária é um meio de comunicação portador de certa legitimidade entre a população, por isso tem relativa capacidade de construir sentidos e difundir idéias na população. Toda atenção é necessária ao usá-lo como fonte em nossas investigações, um trabalho árduo que requer cuidados para buscar o que não é dito, o que é insinuado nas suas entrelinhas. Laura Antunes explica que, a imprensa deve ser considerada:

(...) prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.¹⁷

Essas incorporações de expressões e interesses de determinados grupos na imprensa já é um fator que supera a incorporação a-crítica do jornal como documento histórico pelos historiadores.¹⁸ Por isso, minha atenção se voltou ao que poderia estar presente como disputas ou afirmações nesse lugar privilegiado de legitimidade que é o jornal.

Trabalhando com a imprensa escrita em sua pesquisa, Lima analisa diversas crônicas e artigos de 1950 à 1980 do jornal Correio de Uberlândia, que tinham uma

¹⁶ Sobre o ideal de progresso da cidade e o mito de predestinação da cidade como metrópole ressaltamos alguns trabalhos: ALEM, João Marcos. Representações coletivas e História política em Uberlândia. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 4:79-102, jan/jun.1991; RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Nas sendas do Progresso: Trabalho e Disciplina. Uberlândia, um percurso Histórico. **Cadernos de História**, Uberlândia, 4 (4): 9-16, janeiro 1993; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 4: 37-77, jan/jun 1991.

¹⁷ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo – Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et all. (org.) **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004, p. 15.

¹⁸ Ibidem, p. 15.

proposta de disseminar uma imagem progressista da cidade, onde as casas antigas eram motivo de vergonha por atestarem carência e a falta de modernidade.

A persuasão fazia-se presente, ela era real e viável, e a partir desse discurso foi se sedimentando, se concretizando a idéia de que as construções vindas de outros tempos, quando constituíam um estilo de vida, uma aprendizagem de tempos passados, representava um atraso que deveria imediatamente ser apagado.¹⁹

Dentre estas investidas de persuasão que Lima fala, encontram-se nas crônicas e nas reportagens pesquisadas pela autora adjetivações extremamente pejorativas para imóveis antigos e ruas: como *casas ordinárias, pequenas, desvalorizadas, só serve para oferecer contraste ao plano arquitetônico, taperas, pardieiros, espantalhos e até monstregos*.²⁰

É perceptível ao olhar para as fontes que o anseio de ser uma cidade moderna, já nas década de 1950, haviam vozes militantes na defesa de práticas que apagassem qualquer ligação com passado, e que para aquele grupo de interesse que publicava o jornal, seriam velharias sem função e estavam atrapalhando a “bela estética” da cidade.

Algumas décadas depois, nos anos 1980, o acervo de jornais mostra que este ideal continuava fortemente presente. Em 1980, a propaganda conjunta de empresas do ramo de material de construção e imobiliária no mês de aniversário da cidade, homenageou-a afirmando com otimismo que os prédios tradicionais cedem lugar ao desenvolvimento. Segundo a publicidade do Jornal:

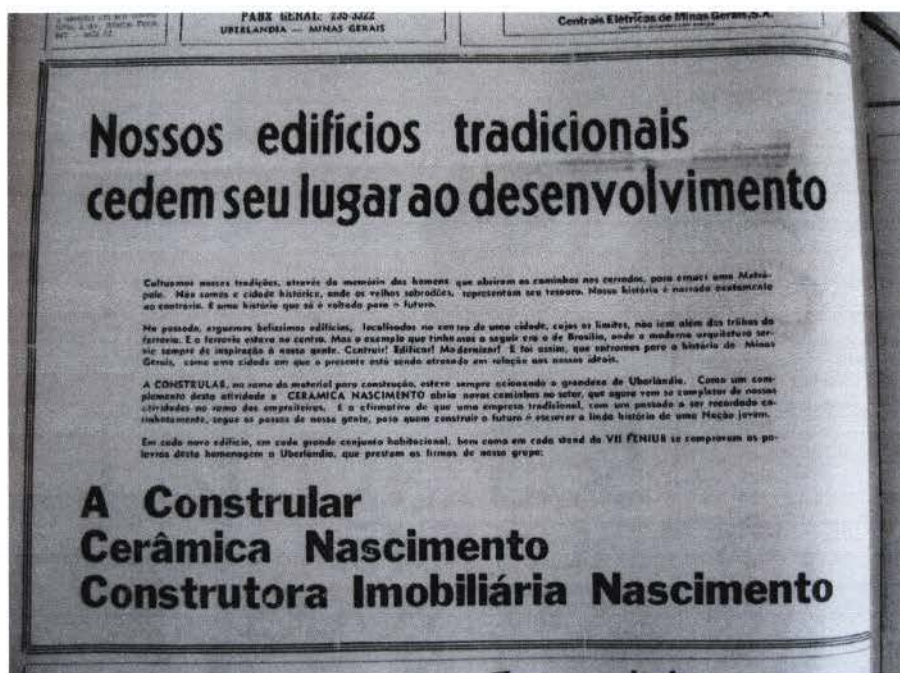
não somos a cidade histórica, onde os velhos sobradões, representam seu tesouro. **Nossa história é narrada exatamente ao contrário. É uma história que só é voltada para o futuro.**

No passado, erguemos belíssimos edifícios, localizados no centro da cidade, cujos limites não iam além dos trilhos da ferrovia. E a ferrovia estava no centro. Mas o exemplo que tínhamos a seguir era o de Brasília onde a moderna arquitetura serviu sempre de inspiração à nossa gente.

¹⁹ LIMA, Soene Ozana de. Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007, p. 16.

²⁰ Ibidem, p. 16.

Construir! Edificar! Modernizar!E foi assim, que entramos para a história de Minas Gerais, como uma cidade em que o presente está sendo atrasado em relação aos nossos ideais.²¹



Jornal correio de Uberlândia 31 agosto de 1980 – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Os discurso da homenagem ao aniversário da cidade mostra claramente sobre o principal propósito que é o de buscar a cidade do “futuro” e não do “passado”. A inspiração haveria de ser em Brasília, ou enfim, locais em que se predominem uma arquitetura moderna. Comparando aos tamanhos padrões das reportagens e anúncios deste jornal, a reportagem de meia página da supracitada é bem grande perante as demais. Fazendo uma analogia direta com a homenagem para esta cidade do futuro e sem barreiras para o seu desenvolvimento, a imagem parece também pretender à imponência.

Como já bem definido, “seria uma ingenuidade política imaginar que a cidade pode se manter aberta a qualquer uso: ela é o resultado de práticas sociais e ações

²¹ Jornal correio de Uberlândia 31 agosto de 1980 – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

simbólicas que politizam seu cotidiano e cartografam seus usos”.²² É através de manifestações silenciosas ou sem intenção de enfrentamentos diretos que percebo abertamente intenções de uma elite empresarial que quer definir usos e políticas que os favoreçam.

Este tipo de política foi consagrada durante longos anos, e entre as décadas de 1940 até 1980 várias construções relevantes à memória da cidade foram sendo demolidas. Vários imóveis demolidos neste processo são lembrados por meus interlocutores na pesquisa, dentre os quais: a primeira igreja da cidade, construída em 1943 chamada capela Nossa Senhora do Carmo, localizada onde atualmente é a biblioteca Municipal (Praça Cícero Macedo), que foi demolida para se construir no local uma estação rodoviária. Na seqüência apresento a foto da antiga matriz Nossa Senhora do Carmo.



Antiga Igreja matriz Nossa Senhora do Carmo – localizava-se na Praça Cícero Macedo - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

²² LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR. Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Áreas (org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp, 2006, p. 41.

O Hotel Goiano também é um imóvel lembrado por vários entrevistados como referência de prédio importante, identificador de quando a cidade era muito pequena, demolido na década de 1970. O antigo Fórum da cidade localizado na Praça Tubal Vilela, é também lembrado nas entrevistas sob o pesar de ter sido destruído, também na década de 1970, para ser substituído em outro local por um Fórum mais “moderno e grandioso”. O prédio do antigo Fórum, considerado pelos entrevistados como importante símbolo do cotidiano da época, está na memória das pessoas como uma das mais belas construções arquitetônicas que Uberlândia já teve.



Antigo Fórum de Uberlândia – localizava-se na Praça Tubal Vilela – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Durante todo o período anterior à década de 1980, vários imóveis remanescentes da origem do município foram sendo demolidos, inclusive aqueles que representariam o cotidiano mais popular da cidade, dos trabalhadores e da vida cultural como Cabarés, bares, cinemas populares, cassinos ou a vila operária, constantemente citados nas entrevistas.

É o que afirma a professora aposentada do Instituto de História da UFU, Jane de Fátima que fez parte do grupo de pessoas que trabalhou nos projetos de preservação do patrimônio da cidade na década de 1980. Em seu depoimento, a professora ressalta que a maioria dos imóveis representativos da história da cidade já tinham sido demolidos e junto com os prédios, importantes fragmentos da memória popular:

Veja bem, o que é que tinha pra ser preservado em Uberlândia naquele momento? (...) Não significa que destruiu a casa do operário, ou que destruiu o cabaré ou o cassino Gato Preto, eles simplesmente não existiam mais quando se acordou para essa política.²³

A fala da docente entrevistada é enfática em demonstrar a concepção política que foi vigente até a década de 1980, a qual não se preocupou em preservar as memórias através de vestígios materiais e, principalmente, nenhuma intenção em preservar a memória mais popular, dos trabalhadores, da população menos favorecida da cidade, em suas dimensões de lazer, de trabalho e de moradia. Exceto as residências, apenas o que restou materialmente de fato como remanescente de um passado público era o prédio oficial, o prédio da empresa estatal, o antigo prédio da prefeitura, enfim, uma única memória. Configurava-se uma política intencional de “não-preservação”.

Este aspecto também foi contemplado na fala de Dona Ilma que também teve participação e guarda lembranças sobre o início da preservação da memória na cidade. Ao refletir sobre bens representativos da cidade, a entrevistada ressalta:

Eu acho que tem muito pouco né?! pela população que tem, pelas coisas que tinha, acho que ficou muito pouco. Porque quase não tem. Até naquela ocasião (1980) tinha muitas coisas aí na cidade aquelas construções mais

²³ Jane de Fátima, professora aposentada do departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, entrevista concedida em 10 de maio de 2007.

antigas, esses prédios... da arquitetura né?! agora é tudo reto, não tem mais aqueles trabalhos, aqueles detalhes, desmancharam tudo as coisas das mais bonitas pra fazer estilo reto.²⁴

Em contraponto às pessoas que achavam necessário resguardar memórias da cidade, nos jornais da década de 1980 continuam recorrentes nas propagandas, nos *slogans* das empresas nos jornais, o discurso de que a cidade que está caminhando rumo ao progresso, de ser a melhor cidade do interior e a “metrópole moderna do interior”. Esse discurso fica mais intenso quando estes empresários pareciam se sentir ameaçados pela nova gestão que estava por vir e pelas articulações do departamento de Ciências Sociais com o Projeto de Preservação, fazendo levantamentos, registros e exposições. Provavelmente estes empresários imaginaram que havia um novo olhar “cultural” para a cidade ou o início de uma política de preservação.

Com esta nova política rondando a dinâmica uberlandense, foi em forma de homenagem e/ou aparentemente em forma de “recado” para a nova gestão que o segmento empresarial se manifestou, parabenizando o prefeito Virgílio Galassi, que estava deixando o cargo, saudando-o pela “grande administração” realizada em “nossa metrópole” e, enaltecendo a moderna construção do estádio de futebol.

É importante ressaltar que as empresas que estavam sempre reafirmando o compromisso de Uberlândia com a modernidade geralmente são do ramo da construção civil, Ubertelas indústria e comércio, Franco Engenharia, Vivenda Imóveis e Araguaia Minas Construtora.

A construtora Araguaia Minas, em uma das suas homenagens, saúda o prefeito Zaire Rezende, mas o adverte solicitando que continue lutando pelo progresso e pela opção do futuro. *Estamos determinados junto a Zaire Rezende e todos que integrarão sua equipe, em nossa opção pelo futuro, e sabemos que isso significa o aproveitamento máximo de nosso potencial.*²⁵

A cópia da folha do Jornal Primeira Hora, na seqüência, mostra alguns elogios à administração do prefeito Virgílio Galassi.

²⁴ Ilma Naves Tavares, ex-membro do Monuva, moradora do bairro Bom Jesus. Entrevista concedida em Agosto de 2007.

²⁵ Jornal Correio de Uberlândia p. 5/2 de fevereiro de 1983 – Acervo do Arquivo público municipal de Uberlândia



Jornal Primeira Hora - 30 de janeiro de 1983. Acervo do Arquivo público Municipal de Uberlândia

Em uma breve análise destaco as imagens das propagandas que parabenizam a “grande metrópole” pela administração do ex-prefeito Virgílio Galassi. Nelas, há a preleção de cidade do “presente e do futuro”. Neste mesmo viés, a Multi Imobiliária aproveita para promover:

Agora você vai ver sua cidade crescer bem planejada. O rosto de uma cidade são suas casas e edifícios. Esse é o seu perfil, a sua face urbana. Para enriquecer ainda mais a imagem de cidade moderna, que sempre foi a marca registrada de Uberlândia, nasceu a Multi consultoria de Imóveis.²⁶

²⁶ Texto publicitário. **Primeira Hora**. 28/01/1983.

universidade, grupos culturais e governo, buscando uma nova consciência cultural de preservação, pode ser o pretexto que os tenha levado a esse temor.

1.3 – Articulação política: ensejos de uma política municipal para a preservação.

Junto com as reformulações no campo da preservação do patrimônio, é necessário lembrar que o país passava por uma reconfiguração política na década de 1980. Chegava ao fim o regime ditatorial no Brasil, que havia administrado a sociedade brasileira por quase duas décadas de opressão, autoritarismo e falta de liberdade de expressão. Nesse período de abertura política, o país tinha cada vez mais anseios por liberdade. Vale elencá-lo como um dos fatores que contribuíram para uma mudança sensível nas políticas de preservação.

Aloísio Magalhães, quando questionado em 1982 sobre o que havia de importantes modificações na produção cultural e na preservação com a abertura política afirma: *O que aconteceu foi o que inevitavelmente aconteceria no momento em que se soltam determinados canais, em que a imprensa se torna livre. Há então essa espécie de sensação de desafogo.*²⁸

O fim da ditadura trouxe novo fôlego para a democracia e Fonseca ainda salienta que esta mudança correspondeu a difusão da democracia como valor em vários campos. Na área da preservação, propunham não apenas a construção dos patrimônios das minorias até então excluídas da representação da nação, como também se reivindicava a participação dos múltiplos segmentos da sociedade na gestão do patrimônio nacional.²⁹

A mudança de orientação política no processo de redemocratização acabou por renovar uma nova perspectiva de política cultural, trouxe mudanças que favoreceram a criação do Ministério da Cultura, das secretarias estaduais e municipais de cultura nas cidades e a realização dos encontros de cultura nacionais e regionais.

Além deste indicador de mudanças culturais no Brasil movido pela redemocratização, um pouco antes já houve em Brasília um encontro que marcou as transformações e intenções para a política de preservação nos municípios. É importante ressaltar o “Compromisso de Brasília” que é resultado de um encontro da década de 1970, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura que reuniu governadores, secretários

²⁸ MAGALHÃES, 1985, p. 216.

²⁹ FONSECA, 2005, p. 169.

estaduais de cultura e prefeitos interessados no estudo de medidas e direcionamentos para a defesa do patrimônio histórico nacional que culminou no referido documento.

Uma das medidas principais deste documento foi a orientação de repassar a responsabilidade de preservação para os municípios, descentralizando a política cultural para que cada região legitimasse e administrasse o que fosse de importância para si.

(...) é, pois, chegado o momento de cada estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e a Dphan, para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado, que é a raiz do que somos.³⁰

De acordo com as próprias palavras do documento e esta seria uma orientação importante do Compromisso, recomenda-se então, a inadiável ação dos estados e municípios à atuação federal com a criação de órgãos estaduais e municipais onde ainda não houvesse, porém, sempre articulado “devidamente” ao DPHAN, que lhes forneceria as diretrizes tendentes à desejada uniformidade.

Do início da década de 1970 até meados de 1980 houve uma fase pródiga em encontros sobre o tema e o Brasil começou a se inteirar e incorporar práticas e valores culturais universais resultantes dos encontros internacionais. E foi também em um destes encontros na década de 1970 que houve a sugestão da criação do Ministério da Cultura – MINC. Também estimulado pela movimentação trazida pelo processo de redemocratização nacional foi implementado somente em 1985 através do Decreto nº 91.144 de 15.03.1985, que criava o ministério da cultura por desmembramento do ministério da educação e cultura no governo José Sarney.³¹

Necessário se faz ressaltar estes Encontros e as intenções de seus documentos como as maiores referências ao teor da discussão no país, pois tenderam a ser um estímulo para a descentralização da política cultural de patrimônio histórico, atingindo até as novas preocupações regionais com o patrimônio histórico.

³⁰ COMPROMISSO DE BRASÍLIA. In: CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 141.

³¹ VER: BOTELHO, Isaura. Para uma discussão sobre política e gestão cultural. In: **Oficinas do sistema nacional de cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2006, p.45-60; GAZZINELLI, Gustavo; MEIRA, Márcio. O sistema nacional de Cultura. In: **Oficinas do sistema nacional de cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2006, p. 11-26.

Isso possibilitou a vinculação da criação da secretaria de cultura de Uberlândia com o movimento político e cultural do país. Fica clara a ligação deste fortalecimento da cena cultural no país com mudanças sensíveis e gradativas ocorridas em âmbito local, com a criação da secretaria de cultura local e divisão de patrimônio em Uberlândia em 1984. Os fatores nacionais, anteriormente expostos mostram como esta discussão estava acontecendo em todo país, e em quais circunstâncias se desdobram regionalmente.

Em Uberlândia, assim como em outras cidades, houve a expectativa do “novo” na sociedade. Após um momento de amarras políticas do período do governo militar no país, vários grupos e movimentos sociais se consolidaram e compunham uma sociedade com desejos de mudanças políticas.

A cidade passou por este anseio de uma nova política democrática e um “novo” tipo de gestão administrativa. Foi sob esta expectativa que o PMDB criou sua proposta de governo a qual defendia a democracia participativa em Uberlândia, consagrando-se na eleição de 1982.

O partido que foi maioria nacional entre 1982 a 1986, colocava-se em Uberlândia como alternativa a um regime de ditadura centralizador e autoritário. Segundo Santos, o governo:

Procurou, conforme os interesses que defendia, operacionalizar a descentralização e a desburocratização das administrações que ocupava, legitimado pelo discurso da participação popular e pela efetivação de alguns instrumentos democráticos de envolvimento das populações no processo administrativo dos aparelhos estatais.³²

Este relativo envolvimento dos cidadãos no debate político seja nas reuniões de bases nos bairros durante a campanha e depois nos diversos conselhos municipais criados, já traria uma nova sensação de participação política à população. Este aspecto de ser um projeto democrático e forte organizador das camadas populares foi muito forte e envolveu grande parte da população. Porém, Santos analisou e desconstruiu este imaginário de participação popular que aconteceu num espaço muito limitado para a população, entre práticas de cooptação, indicação do prefeito de líderes das associações comunitárias e de

³² SANTOS, Carlos Meneses Souza, **1983 – Democracia Participativa e tensão Social em Uberlândia: Experiências de moradores do bairro Nossa Senhora das Graças**. 2006. Monografia (Graduação em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 52.

uma proposta que ficou mais no imaginário de um “prefeito amigo” que lhes tratavam pelo nome. Uma não alteração das condições de vida de grande parte da população e de não efetivação do discurso tão veemente que propunham, de uma participação massiva das pessoas no governo, é na análise de Santos a grande marca desta gestão.³³

Através de informações de pesquisas, posso relacionar que já que o governo peemedebista chegava com essa forte proposta de ser democrático, de estar aberto às demandas e anseios da população, por isso não poderia deixar de contemplar um anseio vindo da universidade. Esse veio de professores que participaram das discussões para construção da sua proposta de governo, que além de seguir uma tendência clamada em outras cidades por criar uma pasta para cultura separada da secretaria de educação no seu governo, assim se afirmaria em mais um campo como um prefeito aberto e sensível aos desejos da população. Para ilustrar, cito o próprio programa de governo Zaire Rezende de 1982, no item *cultura*:

A preocupação com a cultura e a memória histórica tem sua razão de ser diante da inexistência, por parte do Poder Municipal, de uma política cultural traduzida num projeto a ser desenvolvido pela administração e pelo povo.

Note-se ainda que, dentro de um crivo de prioridades, nossa proposta abriga a idéia da construção do Teatro municipal, reivindicação de expressivos grupos culturais locais, bem como o apoio decidido à preservação do nosso Patrimônio Histórico.³⁴

Nessa proposta para a cultura, o candidato enfatiza que irá inaugurar uma preocupação até então inexistente e também coloca o anseio de grupos reivindicativos por esta questão. No campo da cultura, um novo rumo foi tomado a partir desta gestão, ou talvez esta gestão possa ter sido mais uma catalisadora de mudanças que já estavam prestes a acontecer. Segundo Botelho, inaugurou-se um clima favorável à cultura no país na década de 1980 em nível nacional e regional,

³³ SANTOS, 2006, p. 52.

³⁴ REZENDE, Zaire. **Proposta para a Ação do Governo Municipal**. Uberlândia – MG, 1982 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A partir de 1982, com as primeiras eleições diretas para os governos estaduais depois do golpe de 64, alterações sensíveis nas políticas regionais começaram a preparar o clima para a criação do futuro Ministério da Cultura. A área cultural se viu fortalecida pela criação de secretarias de cultura nos Estados, desligadas das de educação. Embora isto não significasse na prática um maior investimento de recursos no setor, foi pelo menos um indicador de movimentos no plano político, pois deu maior visibilidade e prestígio à área cultural na esfera de governo. Além disso, a criação de Fóruns de Secretários Estaduais e Municipais para encaminhar demandas de suas pastas e para tentar articular trabalhos conjuntos, teve como consequência a criação do Ministério específico (cultura), solução que lhes parecia a mais adequada para a resolução de suas carências orçamentárias e políticas.³⁵

Diante disso, posso concluir que este foi um período em que o campo específico da área preservacionista no Brasil foi alvo de muita discussão e propostas de mudanças para tornar os patrimônios históricos frutos de políticas mais positivas. Nestas deveriam caber vários tipos de bens, que não fossem só aqueles tradicionalmente consagrados, mas que fossem incorporados bens de valores culturais e históricos para as pessoas, e para a necessidade de democratizar a escolha destes símbolos, pressupunha deixar que as regiões tivessem autonomia sobre o que seria de valor cultural para si.

Enquanto o patrimônio histórico nacional passava por uma reformulação crítica como já mencionado, em Uberlândia o patrimônio histórico teria suas primeiras ações. É no início da década de 1980 que algumas iniciativas começam dar visibilidade e de fato inaugura uma preocupação que a cidade parecia não conhecer. Uma delas é o curso de História dentro do departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia e professores que estavam ingressando em suas pós-graduações, voltando suas pesquisas para a história local.

Dois grupos de professores fizeram projetos sobre a história da cidade e um mais específico que se intitulava *Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico do município de Uberlândia*.

De acordo com nossos interlocutores idealizadores deste projeto, o grupo inicialmente discutiu como proceder sobre o patrimônio histórico, sobre tombamentos,

³⁵ BOTELHO, 2006.

preservação, concepções de patrimônio histórico, pois, para esses professores aquele momento era de aprendizado, eram questões novas que eles também não estavam muito aptos a resolvê-las. Convidaram professores/historiadores que tinham experiência sobre a temática em outras cidades e cujo propósito a seguir era menos tomar edifícios como bens materiais patrimoniais do que era conhecê-los, sair a campo e registrar e dialogar em seus trabalhos sobre imóveis ou manifestações que faziam parte da história da cidade. Sobre esse aprendizado com profissionais de outras cidades a professora Maria Clara Machado, pertencente ao grupo, ressaltou:

Então, eles sempre indicavam... olha vocês preservarem, não quer dizer só preservar da perspectiva do prédio, de ficar ali e tal, mas é com a fotografia. Então a gente envolveu a professora Angélica no nosso projeto, e eles diziam vocês tem que divulgar na cidade, enquanto formadores de opinião, através não só das mostras fotográficas, mas nos próprios artigos a idéia do que é o patrimônio, porque que é importante essa história da cidade.³⁶

Visualiza-se o desejo de um novo olhar para a história da cidade, para o patrimônio histórico do município partindo da universidade local. Este grupo era composto por professores de História, Ciências Sociais, Artes Plásticas e alguns estagiários de seus cursos de graduação.

Estes agentes tiveram um papel difusor da discussão da preservação no município, pesquisa e registro de imóveis que fossem significativos para a história da cidade. Uma das ações mais significativas foram as exposições fotográficas em locais públicos, como na estação rodoviária, intitulada “Uberlândia ontem e hoje”. O projeto apresentava fotografias de edificações de valor histórico e social. Imóveis cuja importância era ter feito parte da própria vida da comunidade durante anos, em atividades de lazer, educacionais, entre outras.

³⁶ Maria Clara Tomaz Machado, professora do departamento de História –UFU, entrevista concedida em junho de 2007.



Jornal Primeira Hora – 05/11/1982 – Arquivo público Municipal de Uberlândia

A idéia de divulgar nos jornais notícias sobre o assunto partiu do antigo departamento de Ciências Sociais e do NUHCIS (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais) produzindo uma boa fonte documental.

De acordo com o catálogo resultante deste projeto quase 1500 fotografias das décadas de 1980 foram produzidas. O catálogo denominado *Uberlândia – Anos 80 – Bens Imóveis*, reforça o seu objetivo:

preservar as imagens dos imóveis que vem sendo descaracterizados pela fúria do progresso econômico e em nome da modernidade que tangenciam a sociedade uberlandense. Em particular, as imobiliárias, as construtoras e as administrações municipais desta cidade tem sido responsável por esta descaracterização.³⁷

Podemos aludir que este projeto vinculado a universidade também teve o objetivo de tornar pública a questão antes da criação da divisão de patrimônio e da secretaria de cultura, quando levaram o tema para o jornal. Em reportagem no Jornal Primeira Hora, o projeto de preservação denuncia a demolição de uma edificação importante que já havia sido inclusive documentada e registrada pelo projeto, a casa

³⁷ **Uberlândia – Anos 80 – Bens Imóveis.** Catálogo sobre as fotos do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

situada na praça Cícero Macedo com valor histórico significativo de acordo com os levantamentos do projeto, estava sendo demolida para dar lugar a um moderno edifício.

Em outra reportagem, a equipe do projeto denuncia *Pode cair a igreja de Miraporanga*. E ainda:

A administração municipal não liberou verba para a reforma da mais antiga construção do município. Na previsão de alguns moradores a igreja que é uma construção do século XVIII, de construção simples e edificação mais antiga do município pode cair a qualquer momento, por falta de conservação e reforma pode ser derrubada pela chuva ou vento a qualquer hora. Várias tentativas para se conseguir verba para uma reforma já foram feitas, mas nenhuma com bons resultados tanto a nível municipal, como federal.³⁸

Também no mesmo jornal, que de fato estava mais acessível³⁹ para as denúncias e divulgações dos projetos voltados para preservação, mais uma vez se polemiza-se a notícia: *Uberlândia perde mais um de seus prédios antigos*:

Uberlândia vai perder mais uma parte de seu patrimônio histórico. Desta vez será o prédio do Hotel Colombo que irá ao chão, para dar lugar a um moderno edifício, a exemplo do que já ocorreu com o antigo prédio do clube Sírio Libanês, também na praça Tibal Vilela. O prédio do Hotel Colombo que abriga também algumas lojas, foi adquirido pelas lojas Riachuelo que vai construir ali, um total de 6980 m², em quatro andares. O prédio custou 350 milhões, e segundo o gerente da Riachuelo João Ferreira dos Santos não existe nenhum interesse em preservar parte da antiga estrutura.⁴⁰

Estas denúncias contra uma destruição irrestrita de seu patrimônio, sem nenhuma reflexão é o que trazia a percepção de ruptura com uma concepção antiga e cristalizada na cidade. E como estas discussões sobre preservação e memória histórica da

³⁸ “Miraporanga pede ajuda para a igrejinha”. 22/11/1982 **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo público municipal de Uberlândia.

³⁹ O jornal primeira Hora foi criado para dar auxílio a campanha de Zaire Rezende, opositorista ao jornal Correio de Uberlândia majoritário desde 1939. Trazia ações e acontecimentos mais diretamente ligados ao PMDB ou mesmo reportagens sobre assuntos de interesses que lhes fossem comuns.

⁴⁰ Uberlândia perde mais um de seus prédios antigos. **Jornal Primeira Hora** 13/01/1983 p. 5. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

cidade estavam latentes, era quase inevitável que fizessem parte de um próximo projeto político democrático.

Estas discussões circulavam também por meio dos trabalhos de mestrado que estavam sendo desenvolvidos sobre a história local, e surgiam questionamentos de que era imprescindível que a cidade tivesse um local específico para a guarda dos documentos que fossem fontes para as pesquisas sobre a história de Uberlândia. Alguns professores foram convidados e estiveram ligados à proposta de criação da secretaria de cultura, contribuindo para ancorar a necessidade da criação de uma pasta separada para a cultura na cidade. De fato o debate gerado pela ligação dos professores de História, Artes e Ciências Sociais da universidade à nova secretaria de cultura incentivaram uma nova atitude do município em favor da cultura em suas várias dimensões. Por ocasião do questionamento sobre a motivação da criação da divisão de patrimônio na cidade, Miriam, ex funcionária da divisão de patrimônio esclareceu:

Tinha, tinha, essa preocupação, até... ela veio pra secretaria de cultura por uma sugestão da Maria Clara, da Jane e da Heloísa lá do departamento de História que elas já tinham essa preocupação dentro do departamento e tinham já feito um núcleo pra fazer um levantamento desses imóveis. Quando a Iolanda assume a secretaria de cultura elas levaram essa reivindicação. Então já havia uma preocupação da comunidade. A Universidade preocupou com isso a princípio e levou isso pra prefeitura, pra secretaria de cultura.⁴¹

Com a secretaria de cultura criada oficialmente em junho de 1984 e Iolanda de Lima, professora da universidade nomeada como secretária de cultura inaugurou-se momento frutífero de ações no campo cultural no município, como a realização de encontros de cultura na cidade, *Encontro Cultura e Poder*, que trouxe professores, museólogos, secretários de cultura de outras cidades para ministrarem palestras e participarem de debates em Uberlândia, além de realizarem também a *Semana do Patrimônio cultural* anualmente. Um marco positivo aos últimos anos da administração

⁴¹ Miriam Massaro, funcionária aposentada da Prefeitura Municipal de Uberlândia, entrevista concedida dia 09 de maio de 2007.

peemedebista e sob articulações via universidade e necessidades da ordem do dia, que em 1988 foi implementado o Arquivo Público Municipal de Uberlândia. O jornal Primeira Hora, divulgando o trabalho da secretaria de cultura, ressalta:

A inauguração do Arquivo Público Municipal irá marcar um grande passo da administração Zaire Rezende através da Secretaria Municipal de Cultura que desenvolve este trabalho de preservar a realidade histórico-cultural do município. O Arquivo Público está sendo esperado com ansiedade pela população em geral principalmente pelos pesquisadores e historiadores da cidade e da região. Sua sede será localizada a Rua Barão de Camargos 263.⁴²

No ano anterior à criação do Arquivo Público, a Universidade Federal de Uberlândia também inaugurou seu Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais, que hoje é o atual CDHIS, Centro de Documentação e Pesquisa em História, onde são arquivados e preservados diversos documentos relativos à história do Município, acervos de jornais antigos, coleções de fotos de fotógrafos antigos, discos, processos criminais do município de Uberlândia, livros, recortes, documentos de grupos, associações enfim, fontes importantes para as pesquisas sobre a história local e a compreensão do passado da cidade.

Especificamente para uma política de preservação, iniciaram-se as ações da prefeitura em 1985. Primeiramente, uma Divisão de Patrimônio Histórico dentro da secretaria de cultura foi criada. Logo, foi criado também, a partir de um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal o COMPHAC, Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico da cidade. Conforme notícia do Jornal Correio de Uberlândia em 1989 que falava sobre o trabalho do conselho: *O conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural foi criado em 1985. Desde então, ele tem estado nos bastidores de quase toda ação preservacionista praticada em Uberlândia*⁴³ Este conselho vinculado à secretaria de cultura teria uma função meramente consultiva, porém, vale destacar, e que é muito intrigante neste processo, o fato deste conselho de patrimônio só tomar posse em 1987, num momento em que todos os tombamentos já haviam sido realizados. Neste mesmo

⁴² Arquivo Público vai ser inaugurado no final de março. **Jornal Primeira Hora**. 28/01/1988. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

⁴³ **Jornal Correio de Uberlândia**. 06/08/1989. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

jornal outra notícia contradizia a afirmação da atuação e trabalho do conselho, que até em 1987 não existia fora do papel. A posse da diretoria do COMPHAC é anunciada no jornal Primeira Hora em 1987: *A diretoria do Conselho tomou posse no último dia de março e desde então os membros vem buscando zelar pela preservação do patrimônio local.*⁴⁴

Apesar de o COMPHAC ter sido aprovado através de uma lei em 1985 só começa a existir efetivamente a partir de 1987, após diversos tombamentos. Nas primeiras atas do conselho estão relatadas o processo de organização e composição dos seus membros, as preocupações em organizar as comemorações para o centenário da cidade e o dia do Patrimônio. Porém, neste primeiro ano não foram relatadas nos documentos preocupações sobre os usos dos bens tombados, sugestões de novos patrimônios históricos ou restaurações.

O que pretendo ressaltar neste trabalho não é apenas conhecer o que se preservou, mas antes disso, saber como esse processo de preservação foi feito. Neste caso, os agentes que tomaram frente deste processo têm importante papel, pois me mostraram como conduziram a preservação do patrimônio na cidade. E deixa entrever que a política de preservação para estas pessoas se constitui basicamente em tomar⁴⁵, para mais tarde formar e discutir com um conselho. E, neste aspecto, posso problematizar se isso realmente constitui política de patrimônio.

O processo dos tombamentos começou em 1985, conduzidos e discutidos num âmbito limitado da câmara dos vereadores. *Vereadores partem hoje em defesa do patrimônio*, essa foi a notícia nos dois jornais da cidade: Jornal Correio de Uberlândia e Primeira Hora, respectivamente nos dias 13 e 14 de setembro de 1984⁴⁶. Os agentes que viriam a se envolver e a propor tombamentos passaram a ser os vereadores. Talvez a disputa em tomar ou não, e o porquê disso para eles, passa a ser a mesma disputa de projetos de lei para dar denominação à uma via pública.

Os vereadores começaram a conduzir este processo e alguns tiveram um papel central como a ex-vereadora Olga Helena da Costa, autora da lei de Patrimônio do município de Uberlândia (Lei 4.240/1985) e membro do MONUVA - Movimento Negro

⁴⁴Patrimônio histórico discute regimento interno. 26/05/1987, p. 2. **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

⁴⁵Maria Cecília no livro *Patrimônio em Processo* ressalta que o tombamento de fato tem se constituído num instrumento de preservação por excelência, mas nisto, têm-se confundido tombamento com preservação. No caso local, o tombamento em si parece ter sido considerado a política de preservação.

⁴⁶Vereadores partem em defesa do patrimônio. **Jornal Correio de Uberlândia** - 13/09/1984 p. 03

de Uberlândia Visão Aberta. A referida professora foi uma de minhas interlocutoras nesta pesquisa.

Entram em cena estes novos agentes e alguns episódios podem ser destacados através das manchetes do jornal:

Braga (vereador) quer preservação da Praça Cícero Macedo ⁴⁷

Na última sexta feira a câmara municipal aprovou em primeira discussão o projeto de lei de autoria do vereador Eurípedes Barsanufio de Barros que tomba a Igreja do Rosário⁴⁸

Vereador não quer destruição do Museu (Palácio dos Leões) ⁴⁹

Sobradinho não consegue parecer de vereadores⁵⁰

Trabalho de Olga (vereadora) é reconhecido pelo patrimônio histórico.⁵¹

Numa destas manchetes sobre pedidos de tombamentos e disputas por projetos entre os vereadores tem-se a notícia *Tombamento da Praça Tubal Vilela*, na reportagem sobre o projeto de lei que o vereador Amir Cherulli apresentou para aquele tombamento, ele justifica a sua importância:

Aquela praça tal como ela está, é um dos cartões de visitas desta cidade. Modificá-la quer significar, produzir aleijume a um monumento histórico.⁵²

Podemos destacar na justificativa mencionada pelo vereador que há uma preocupação em preservar uma praça que denota para ele um sentido de muita beleza, a qual é comumente retratada nos cartões postais da cidade e a desejada referência estética,

⁴⁷ **Jornal Primeira Hora** - 23/10/1984 – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

⁴⁸ **Jornal correio de Uberlândia** – 26/11/1985 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

⁴⁹ **Jornal Primeira Hora** - 26/11/1984 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

⁵⁰ Nesta reportagem é apresentado o projeto do vereador Amir Cherulli para o tombamento da antiga Estação ferroviária Sobradinho, mas não é aceito. **Jornal Correio de Uberlândia** - 09/12/1983.

⁵¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. 27/09/1985 p.12. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

⁵² Tombamento da Praça Tubal Vilela. **Jornal Correio de Uberlândia**. 28/09/1985 p.11. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

de praça grande e arborizada, para que cidade seja assim conhecida pelos turistas. Porém, este projeto não foi aprovado em 1985, e a praça só se tornou patrimônio histórico da cidade em 2004. Entre disputas políticas no ano de 1985 foram tombados os seguintes imóveis:

*Imóveis Tombados como Patrimônio histórico do Município em 1985*⁵³

Igreja Nossa Senhora do Rosário	Lei nº 4263 de 09/12/1985
Casa da Cultura	Lei nº 4217 de 15/10/1985
Palácio dos Leões	Lei nº 4209 de 25/09/1985
Coreto (da Praça Clarimundo Carneiro)	Lei nº 4209 de 25/09/1985
Oficina Cultural	Lei nº 4217 de 15/10/1985
Praça Clarimundo Carneiro	Lei nº 4209 de 25/09/1985

Estes processos de tombamentos, ou a maneira como foram executados são outros indícios do despreparo ou de inexistência de uma política de preservação, se pensarmos que não eram feitos inventários dos bens tombados. O bem era tombado e o único documento referente a ele seria a lei ou o decreto de seu tombamento.⁵⁴ Outro aspecto agravado por essa forma descompromissada de conduzir um tombamento é a ausência de reflexão sobre os usos, os destinos futuros do patrimônio histórico, verificações prévias sobre necessidades de restauração e destinação de recursos para estes fins.

De fato existiam pessoas dentro da universidade, funcionários da divisão de patrimônio que encamparam esse processo de preservação do patrimônio histórico como uma luta contra o ranço progressista da cidade. Estavam inteirados das discussões e tinham

⁵³ Informações obtidas na cartilha *Patrimônio Cultural, que bicho é esse?* Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, Uberlândia, 2007.

⁵⁴ Inquietou-me muito durante a pesquisa saber que os inventários de bens tombados em 1968 e 1985 só foram feitos a partir de 2001, quando estes foram realizados por estudantes do cursos de arquitetura. Muito simplificados e técnicos, me deparei com diversos erros tanto de datas e também conceituais.

intenções mais amplas que os vereadores. Ressalto a evidência disso numa reportagem do Jornal. E ainda na aprovação dos primeiros tombamentos da cidade via legislativo, considero importante tentar perceber esse certo clima de campanha que parecia ser necessário:

Somente depois de muita discussão em torno do assunto é que a Câmara municipal, com os votos de todos os vereadores, conseguiu aprovar ontem, em primeira discussão, projeto da vereadora Olga Helena da Costa, que tomba para o patrimônio histórico do município os prédios da casa da cultura, na praça Coronel Carneiro, e da Cemig na praça da prefeitura. **Antes do projeto ter entrado em votação na noite de ontem, vários funcionários da Secretaria Municipal de Cultura permaneceram na platéia portando faixas, pedindo o tombamento dos imóveis e protestando contra a derrubada de vários casarões antigos que vem ocorrendo na cidade e solicitaram dos vereadores o impedimento de tais atos.**⁵⁵

Estas pessoas que estavam na platéia protestando contra as destruições que estavam ocorrendo na cidade eram os funcionários da Divisão de patrimônio. Um depoimento demonstra qual era a situação deles, que pareciam estar lutando sozinhos. Sobre isso, Miriam Massaro que foi a primeira funcionária da divisão de patrimônio na década de 1980, explica seu ponto de vista:

Nós começamos a fazer uma pesquisa nas casas, fizemos umas perguntas, batia de porta em porta, perguntando o que que achava de tombar a casa, só que o governo não tinha recurso pra tombar, eles (moradores) falavam - então você compra minha casa, o município não tinha, não entendiam, aí nós fizemos algumas palestras, pra sensibilizar, fazíamos umas retretas ali na... um sarau ali na praça da casa da cultura, convidava as pessoas pra falar alguma coisa. Isso se você for ver mesmo, essa parte do patrimônio trouxe é uma inimizade, pra Iolanda, uma dor de cabeça pro Zaire e pra nós todos

⁵⁵ Vereadores aprovam tombamento de imóveis históricos urbanos. **Jornal Correio de Uberlândia** -19-06-1985. p. 02. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

que estávamos trabalhando ali também, porque a gente foi muito romântico na coisa, assim sabe, querendo mesmo que acontecesse.⁵⁶

Em sua fala Miriam reconhece o trabalho da divisão como “romântico”, parecendo assumir um setor com pessoas responsáveis por essa questão na cidade, rememorando seu passado, ela parece enxergar aquele trabalho como isolado, não contando com a colaboração de outros setores administrativos, com verbas, e até mesmo com a colaboração de proprietários. Estes ao saberem da intenção da divisão de analisar sua casa para ser um possível patrimônio as demoliram, como nos relataram alguns episódios. Na busca por esclarecer sobre o que significaria o tombamento de um imóvel, foram feitas algumas tentativas, além de, no próprio trabalho de ir a campo conversarem com os cidadãos.

Atualmente, as pessoas já têm maiores informações sobre o que significa ter um bem tombado como patrimônio histórico, reconhecem alguns incentivos e benefícios que podem ter, mas ainda é mais difundido o aspecto restritivo do que positivo do tombamento.

Isto nos obriga a rever a afirmação da existência de uma política de preservação de patrimônio histórico. Será suficiente criar divisões, ou órgãos que atuem por si só, mas que não tenham respaldo de uma política urbana ampla do município?

Isso se torna um descaminho para a preservação de patrimônios históricos ou transforma essas ações em um trabalho “romântico” como foi citado pela ex-funcionária da secretaria. Em relação à atuação pública, a área de preservação de patrimônios históricos é frágil, quando não faz parte de uma dimensão geral da política urbana do município. Vale ressaltar que simplesmente criar um setor ou uma divisão não significa que se criou uma política ampla que dê aparatos para que esse setor funcione.

Então é assim: ninguém tem nada a ver com a questão da preservação, só quem tem a ver com a questão da preservação é quem trabalha no departamento da preservação. E quem trabalha no departamento da preservação acaba ficando confinado numa posição daquele chato que sempre vai levantar a questão da preservação.⁵⁷

⁵⁶ Miriam Massaro, funcionária aposentada da Prefeitura Municipal de Uberlândia, entrevista concedida dia 09 de maio de 2007.

⁵⁷ ROLNIK, Raquel. Preservação e Modernidade. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 201.

Como comentado por Rolnik o setor da preservação fica confinado e não participa dos diálogos com demais setores não podendo se expor. Sobre esse confinamento do setor Diegoli sintetiza que *dentro da atuação pública, da intervenção pública, do setor público na cidade, faz com que a preservação não vire uma dimensão geral da política urbana, mas vire o setor da preservação.*⁵⁸

Diante disso, pode-se compreender que se a política de preservação não fizer parte do planejamento urbano da cidade nos seus vários órgãos, as ações acabam sendo isoladas, dificultadas ou utópicas. Na verdade se torna um grupo especializado imbuído de objetivos que não estão em consonância com a totalidade dos objetivos da cidade.

A discussão tem que ir além do setor de patrimônio, entidade ou órgão que define as metas de preservação histórica para a cidade, para os tombamentos, por exemplo, ou definição dos destinos de uma determinada área da cidade que é produto de uma série de processos e intermediações políticas, onde os múltiplos agentes políticos tem que estar representados.

Essa questão da falta de afinidade entre o setor de preservação e a política planejamento urbano do município é trazida para se pensar sobre os caminhos da política cultural de Uberlândia e sua relação com a cidade. Isso acontece principalmente quando se percebe a dificuldade da divisão de patrimônio histórico em conseguir efetivar suas ações para a preservação do patrimônio histórico da cidade, pois pode-se visualizar a criação de mais um setor que foi impulsionado pelo desejo de alguns funcionários e professores da universidade, mas que não se constituiu num projeto político para a cidade. Houve conquistas e momentos de boas atividades, com alguns tombamentos e palestras sobre a temática, mas a saída de algumas pessoas que encabeçavam essa preocupação fizeram o setor voltar a se apagar. Houve novamente tentativas de recuperação, mas que não consolidaram-se como política cultural no município.

⁵⁸ ROLNIK, 1992, p. 201.

Capítulo 2

*Dois bens tombados: Igreja Nossa Senhora do
Rosário de Miraporanga e Igreja Nossa Senhora
do Rosário de Ubertândia.*

2.1 – Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga: seu processo de preservação.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. Vale sublinhar que esses diversos significados não se excluem. As mesmas pessoas podem operar ora com um, ora com outro significado.¹

Para análise deste capítulo, pretendo apresentar algumas nuances do processo de salvaguarda das duas igrejas tombadas no município de Uberlândia. Portanto, focalizo esse estudo a partir de dois bens tombados como patrimônio histórico cultural do município de Uberlândia: a igreja de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga, localizada no distrito de Miraporanga e a Igreja Nossa Senhora do Rosário localizada no bairro Fundinho em Uberlândia. Através dessas duas igrejas que fazem parte dos 16 bens tombados como patrimônio histórico da cidade, pretende-se discutir a prática do tombamento e os usos desse patrimônio na cidade.

Estes casos ilustram a não interação e a interação das gentes com o patrimônio da cidade, estas que são realmente as responsáveis por manterem vivos os patrimônios históricos para além do tombamento oficial, mas que, muitas vezes, não são levadas em conta nos processos de intervenção, sejam eles o tombamento, restauração ou revitalização dos usos.

Em 1985, quando começam os tombamentos de patrimônios histórico em Uberlândia e um suposto início de política de preservação na cidade um bem já havia

¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 27.

sido tombado. Em 1968, na administração do prefeito Renato de Freitas, em uma época em que ainda não há indícios de ações municipais para a cultura, muito menos patrimônios históricos, a antiga igreja de Nossa Senhora das Neves, no distrito de Miraporanga foi tombada como patrimônio histórico do município. Isto o caracteriza como um tombamento isolado ou atípico, o único anterior a 1980.

Denominada originalmente de Igreja de Santa Maria Maior ou Nossa senhora das Neves, foi construída por escravos em 1852 sob orientação de dois padres. Foi a primeira capela do distrito de Santa Maria (hoje distrito de Miraporanga), um dos núcleos de povoamento que originou o município de Uberlândia.

A lei que sancionou o tombamento da capelinha de Nossa Senhora das Neves do Distrito de Miraporanga em nível municipal nº1650 de 1968 foi assinada pelo vereador Antônio Couto de Andrade. Na pasta que documenta o processo de formalização do tombamento existe a referida lei, que consta de 4 artigos: no primeiro *fica arrolada como patrimônio histórico da cidade*, no segundo, *fica autorizado o prefeito a fazer convênios com entidades públicas de particulares para reconstruir e conservar o imóvel tombado*, no terceiro, *enviará a câmara projeto de lei, dispondo sobre recursos necessários* e por último, artigo 4º, *revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação*.

Estes são os quatros artigos que, apesar de simplificados, resumem todo processo de tombamento oficial da igreja. O primeiro elemento que ressalto é que, neste projeto, não existiu uma preocupação em justificar o tombamento. É evidente que toda escolha e tombamento de algum bem para ser patrimônio histórico carrega justificativas, mas que neste caso não foram mencionadas por quem elaborou o projeto. *O patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade não tem uma existência apriorística, em si mesma, ele é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores.*²

Se existe uma atribuição de valores para que um bem seja consagrado como patrimônio cultural, sejam eles, embasamentos estéticos, históricos, antropológicos capazes de dar certa legitimidade, estes não foram apresentados à lei que meramente tomba-se.

² ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**: Atribuição de Valores a uma Memória Coletiva Edificada para o Estado. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 29.

Entretanto, podem ser retirados estes interesses e justificativas de outras fontes. Uma delas, que é incorporada ao projeto de lei, diz respeito aos pareceres de duas comissões da câmara que avaliaram o projeto de tombamento, o primeiro parecer da comissão de Finanças, Justiça e Legislação:

Estudando o presente projeto de lei, somos pela sua aprovação, pois vemos na mesma oportunidade de se preservar um monumento que fala de nosso passado histórico. **É preciso que se guarde para as gerações pósteras, tudo que represente algo de nossas lutas e conquistas, para que o brasileiro de amanhã encontre motivos de orgulho que o incentivará na construção de nosso futuro.**³

De acordo com o segundo parecer da Comissão Permanente de Educação e Saúde:

Trata-se com muito **patriotismo**, de um projeto de lei que visa preservar **um monumento histórico que deve merecer todo carinho e todas as atenções dos uberlandenses e também dos habitantes desta região do nosso Brasil.**

Com os mais calorosos aplausos aos vereadores Antônio Couto de Andrade e Ari Novais Rocha, opinamos pela aprovação do projeto acima mencionado, tal como ele está redigido.⁴

As justificativas dos pareceres sugerem estar relacionadas à ligação da igreja com fatos considerados memoráveis, lutas ou conquistas que reforçariam o patriotismo e orgulho da nação como fora citado. Está colocado um valor histórico na igreja para aquelas pessoas que estão tombando, mas que talvez não necessariamente sejam os mesmos valores para os moradores da comunidade.

Mais à frente, neste estudo, viemos a encontrar uma matéria do Jornal Correio de Uberlândia, intitulada *Uma capela histórica*, reportagem que foi recortada e

³ Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. **Câmara Municipal de Uberlândia**. 23/09/1968. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (Grifos nosso)

⁴ Parecer da Comissão Permanente de Educação e Saúde. **Câmara Municipal de Uberlândia**. 20/09/1968. Acervo do Arquivo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (Grifos nosso)

anexada posteriormente ao processo de tombamento. Ela nos esclarece sobretudo o valor histórico contido nas falas dos pareceristas.

E no entanto, essa humilde capelinha, é o mais importante de todos os monumentos históricos de nosso município.

Defronte seu humilde e singelo altar rezaram os nossos soldados genuflexos que partiram para a glória e para a morte. (...)

É pois, uma preciosa relíquia que deve ser preservada. É um marco histórico da Guerra do Paraguai e da colonização de nosso Triângulo.

O prefeito Municipal de Monte Alegre de Minas num belíssimo ato de civismo, reconstruiu o “Cemitério dos bexiguentos”, onde ficaram sepultados os nossos soldados expedicionários, vitimados pela varíola, e ali erigiu um belo monumento. **Procedamos da mesma maneira com a nossa memorável capelinha de Nossa Senhora das Neves da Vila de Miraporanga, construindo um monumento, assinalando com a passagem por ali, daqueles que morreram em defesa da nossa pátria estremecida.**⁵

A justificativa descrita por João Rodrigues da Silva Junior no referido jornal apresenta um valor ali representado, por pessoas que defendiam o reconhecimento daquela capela como importante para a história do município pelo “nobre” motivo de ter abrigado os soldados integrantes da coluna do Mato Grosso que, em 1865, por ali passaram ao voltar da Guerra do Paraguai.

Os argumentos para o tombamento da Igreja continuam relatando que o Prefeito de Monte Alegre de Minas, num belíssimo ato de civismo, reconstruiu o Cemitério dos bexiguentos, onde foram sepultados os soldados expedicionários vitimados pela varíola, que então Uberlândia procedesse da mesma maneira com a capela de Nossa Senhora das Neves da Vila de Miraporanga.

Esta atribuição de valor de uma “memória patriótica” sobre a igreja, atribuída pelos proponentes do tombamento na época seria um sentido inicial, pois na medida do tempo, e dos interesses de grupos, o bem pode adquirir variações de

⁵ Uma capela histórica. **Jornal correio de Uberlândia**. 13/09/1968. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (Grifos nosso)

representações ou novas apropriações. Ao definir esses processos, Kersten ressalta que são os homens do presente que reordenam e dão sentido aos fatos pretéritos, reconstruindo o passado e a memória. A lógica desta reconstrução é dada sempre pelo presente. Portanto, a possibilidade de evocar o passado estaria associada a idéias e valores, a espaços ou objetos, como um recurso mnemônico, acionado dentro de um campo simbólico a partir dos capitais culturais disponíveis, definidos por aqueles a quem coube recuperar os fatos, agregando-os e dando-lhes sentido.⁶ Estes a quem coube recuperar os fatos e dar-lhes sentido, historicamente o fizeram para contar uma história a partir deles, preservando a memória dos vencedores.

E no caso da igreja de Miraporanga o tombamento partiu de propostas para preservar a memória dos militares e da defesa à pátria, este foi o valor agregado a partir de um grupo de vereadores, prefeito e cidadãos, ressaltando o bem de acordo com suas concepções culturais e interesses.

Na época do processo, ficou arrolada na sua própria lei de tombamento a possibilidade de convênios com instituições públicas e particulares para uma restauração no bem cultural tombado. Porém, esta capela que, no período referido, década de 1960, de acordo com alguns cronistas dos jornais pesquisados já se encontrava em péssimo estado de conservação, permaneceu dezessete anos após o tombamento sem receber reparos ou restaurações por parte da prefeitura de Uberlândia.

A capela contou por longo período apenas com a iniciativa de alguns moradores do distrito como a senhora Domingas Camim, antiga moradora do distrito, que, por vezes, trouxe reivindicações à Uberlândia sobre o péssimo estado de conservação da solicitando de reparos ao poder público.

⁶ KERSTEN, 2000, p. 47.



Capela de Nossa Senhora do Rosário em 1980

Foto da reportagem *Conheça os distritos de Uberlândia* do Jornal Correio de Uberlândia 29/08/1987.

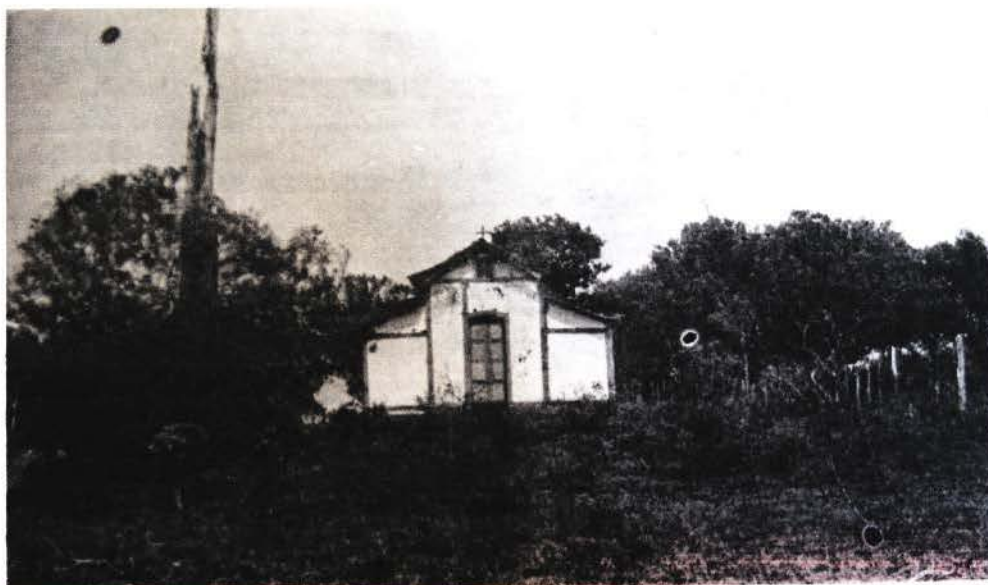
Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

Na imagem acima, a igreja, provavelmente fotografada em 1980 antes da restauração, nota-se na parte externa a falta de cuidados, com um mato alto crescendo pela parede e ao redor da capela, uma pintura velha e telhado frágil. Observações que já haviam sido feitas desde a década de 1960, inclusive no artigo de 1968 que justifica um importante valor histórico da capelinha e atestava sua decadência:

O rebôco de suas paredes já está todo caído, seu assoalho carcomido pelas térmitas, e o seu sólido teto, feito de madeira de lei, recurvado pelo peso dos anos.⁷

Mesmo com o artigo 2º da Lei municipal nº1650 do tombamento da igreja, acerca da autorização de convênios para levantar recursos financeiros em prol da sua restauração e manutenção, essas medidas nunca foram efetivadas até 1980. E estas observações sobre a decadência da igreja ressurgiram em novas ocasiões:

⁷ Uma capela histórica. *Jornal correio de Uberlândia*. 13/09/198. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.



Miraporanga pede ajuda para a igrejinha

Reportagem *Pode cair a igrejinha de Miraporanga* – Jornal Primeira Hora 28/11/1982 – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

A igreja Nossa senhora das Neves em Miraporanga, construída no século XVIII, e por isso a construção mais antiga do município de Uberlândia, pode cair a qualquer momento.

Esta previsão é feita por moradores de Miraporanga, como também por três professoras da Universidade Federal de Uberlândia, que desenvolvem o Projeto de Preservação Histórica do Município (...)

O projeto de Preservação Histórica fotografou todos os detalhes da igreja de Nossa senhora das Neves, como também mandou confeccionar uma planta, o que torna possível a construção de uma igreja similar em qualquer outro lugar. Possibilidade que não atende propostas de preservação histórica.

A coordenadora do Projeto de preservação disse acreditar que a administração Zaire Rezende resolva o problema da igreja de Nossa Senhora das Neves, uma vez que ela está construída em área do município. Um orçamento de mão-de-obra de reforma feito por

Domingas Camim, ficou em 120 mil cruzeiros, verba não conseguida com junto a Prefeitura Municipal de Uberlândia para que o começo da cidade fosse preservado.⁸

Após esta advertência de parte de moradores da comunidade e do projeto de preservação da Universidade Federal de Uberlândia, apenas na década de 1980, no momento em que iniciativas voltadas à valorização e à preservação da memória do município ficam mais evidentes e consistentes por parte da universidade que, em 1985 fez, uma primeira intervenção na Igreja do Rosário de Miraporanga.

A primeira restauração na igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga começou em 1985 e foi finalizada em 1986, na gestão Zaire Rezende, tendo apoio técnico do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Nas manchetes dos jornais da cidade, a secretaria de cultura divulgava as ações em prol da igreja:

Convênio com IEPHA para restauração da Igreja do Rosário anunciado por Iolanda⁹

Igreja de Miraporanga será restaurada no próximo ano¹⁰

Igreja de Miraporanga será restaurada em breve¹¹

Concluída a restauração da Capela Nossa Senhora das Neves. Tombada pelo Município em 1968 através da lei nº 1650, a Igreja Nossa Senhora das Neves acaba de ser restaurada pela prefeitura de Uberlândia. Com orientação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico IEPHA – MG, a restauração teve o propósito de devolver à antiga capela suas características originais.¹²

⁸ Pode cair a igreja de Miraporanga - **Jornal Primeira Hora** 28/11/1982 Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

⁹ 05/04/1985 **Jornal Correio de Uberlândia**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

¹⁰ 06/11/1984 **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

¹¹ 28/05/1985 **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

¹² 01/03/1986 **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Zaire inaugura restauração da Igreja de Miraporanga. Zaire discursou na entrega das obras de restauração e Praça da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

A pequena população de pouco menos de 500 habitantes da sede distrital de Miraporanga amanheceu em festa neste domingo, 14. A vinda da imagem de Nossa Senhora do Rosário e dos dois ternos de congado da cidade era esperada em clima de ansiedade para iniciar a procissão(...)

Iolanda referiu-se ao Projeto do Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia elaborado pelo departamento de Estudos Sociais da UFU que segundo ela “abriu caminhos na busca da preservação de nossos bens culturais”.

No decorrer da celebração o padre citou que “queremos agradecer ao governo municipal em nome da Paróquia e da diocese por este monumento histórico restaurado. É nossa obrigação preservar o que nossos antepassados construíram com todo amor e fé. Mais uma vez agradeço ao governo municipal por ter dado este momento importante para a comunidade” (...) ¹³

Na década de 1980, como podemos perceber através das manchetes, essa gestão se empenhou para executar a restauração na igreja que, por 17 anos, permanecia se degradando. Investindo-se em anunciar periodicamente a restauração, anunciar a parceria de orientação do IEPHA no processo de restauração, além de que o distrito teria recebido com “festa” a reinauguração.

É também mencionado que o propósito da restauração na capela seria manter as suas características originais. Entretanto, para Dona Diva, moradora antiga do distrito a comunidade não foi consultada para conversar sobre a restauração, e ela, rememorando o passado nos relata o que pensa e o que ela sentiu sobre a transformação ocorrida com a igreja:

Ela era feita de adobro, era feita duns adobrão assim, então com o desprezo que foi indo lá, a turma, a molecada de certo, foi rancando

¹³ 16/09/1986. **Jornal Primeira Hora**. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

aqueles adobro e entrando pra dentro. E ela foi caindo. Aí eles pegaram e mandaram arrumar outra vez. Aí já mandaram arrumar e não pois o adobro mais, já pois foi o tijolo, o soalho dela era dessa tábua aqui (indicando a mesa), aí já puseram tudo moderno. Ela já não é aquela igreja que era antigamente.¹⁴

O sentimento que Dona Diva tem da igreja não ser mais a mesma reside na falta de sensibilidade dos agentes que conduzem as reformas. As restaurações nos bens tombados, quando fazem parte do cotidiano de uma comunidade, como é o caso da Igreja de Miraporanga, precisam interagir com as pessoas que a usam, senão como é o comum, contribui para o afastamento entre o bem e a comunidade.

Apesar de terem um padre que vai ao distrito uma vez por mês e atualmente ser a única igreja católica do local, pois a outra igreja Nossa Senhora do Carmo que existia está destruída, em nossa visita ao distrito e nas entrevistas, soubemos que a igreja não tem sido utilizada. Já houve ocasiões em que o padre não celebrou a missa pois haviam apenas duas pessoas na igreja. O senhor Hélio Rodrigues da Cunha, o mais antigo morador do Distrito, também atribui o abandono da igreja à migração de grande parte dos moradores para a religião evangélica nos últimos anos.

Mesmo em 1986, no período em que a preocupação da secretaria foi restaurá-la e divulgá-la, não foi realizada nenhuma pesquisa, inventário ou dossiê sobre o tombamento da igreja de Miraporanga. No momento em que passa a existir uma divisão de patrimônio e a implementação de uma política cultural, ainda não se preocuparam em produzir um dossiê. Um dossiê que tem a função de reunir documentos relativos ao imóvel, *coleção de documentos referentes a certo processo*¹⁵, mas no caso de dossiê de tombamento, documentos também sobre a comunidade circundante, a história do lugar, costumes, fatos, manifestações relacionadas ao bem, e esta que seria uma medida fundamental da preservação, visto que qualquer bem tombado, não é imutável nem perene, e o dossiê preserva o registro do patrimônio cultural para outras gerações.

O inventário elaborado em 2002, não foi feito sob o rigor necessário de uma pesquisa. No inventário, observa-se a falta de análises, ou outros significados e

¹⁴ Dona Diva Aparecida da Silva, aposentada, 65 anos, moradora do Distrito de Miraporanga. Entrevista concedida 07/11/2007.

¹⁵ Definição de FERREIRA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa: Folha/Aurélio. Editora Nova Fronteira, Folha de Paulo, SP, 1995.

intenções modificando os sentidos originais pelos quais as pessoas foram motivadas a defenderem o tombamento.

Em 1968, como já citado, as pessoas que defendiam o tombamento da igreja e assim como nos pareceres dos vereadores no projeto de lei, a importância da igreja e motivo pelo qual ela deveria permanecer preservada, era ter sido cenário da passagem da tropa de militares que defendiam o Brasil na Guerra do Paraguai, monumento que assinalava para eles a presença daqueles que morreram em defesa da pátria. No inventário produzido, esse episódio motivador do tombamento no período foi apenas citado como contexto, e o motivo pelo tombamento na época é atestado como sendo a *sua importância arquitetônica, pois representa uma forte referência do estilo colonial primitivo, que possui atualmente poucos exemplares remanescentes no Brasil*.¹⁶ Sobre essas atribuições de valores, que estão em jogo sobre o bem, de acordo com diferentes agentes e contextos históricos que os resignificam, Tamaso nos acrescenta:

Ao receber a atribuição de valores que devem garantir o fundamento da identidade coletiva, o bem cultural, transfigurado em bem patrimonial, passa a ser referido com base nos valores propagados pelos discursos oficiais e institucionais – valores históricos e estéticos –, não obstante a preexistência de outros sentidos atribuídos pela experiência cotidiana e subjetiva com aquele (ou naquele) bem cultural – valores afetivos, suportados pela memória do lugar.¹⁷

Novas atribuições de valores podem ser agregadas ao bem quando este passa a ser patrimonial e estas reformulações de sentidos de um bem histórico sejam intencionais ou não. Isso, retoma a questão sobre a responsabilidade dos agentes culturais, sobre quem está definindo o valor histórico do bem, o que é autêntico ou não, e qual a atribuição de valor que será depositado no bem cultural. Este é o peso da postura e da responsabilidade dos setores responsáveis pela preservação, que devem ter compromisso com a pesquisa e com a interação com o patrimônio cultural.

¹⁶ Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Minas Gerais – Brasil. **Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga**. Elaboração Cíntia Chioca, 2002.

¹⁷ TAMASO, Izabela. A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRÚGOLI JR. Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Áreas (org.). **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006, p. 246.



Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga. Foto: Caroline Campos Rizzotto – 07/11/2007

Na foto acima, vemos a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga, depois de ter sido por duas vezes restaurada, em 1986 e depois novamente em uma gestão de Zaire Rezende em 2001. Na fala de Dona Diva, moradora do distrito, “a igreja ficou muito famosa”. Entretanto, ela voltou a se danificar, sobretudo por permanecer sempre fechada, sem ser utilizada e as missas que aconteciam mensalmente terem diminuído.

Os moradores, o responsável pelo patrimônio histórico do Distrito e nem o Comphac, ainda não refletiram que é preciso dar um uso ao imóvel antes que ele se acabe de fato, talvez com uma nova utilização, que hipoteticamente poderia ser sede das reuniões administrativas do distrito, ou de alguma entidade, enfim, poderia evitar altos gastos com grandes restaurações, e se anualmente fossem mantidas pequenas manutenções.

2.2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia: novos tombamentos, velhas práticas.

O outro bem tombado o qual observei é a Igreja Nossa Senhora do Rosário em Uberlândia, localizada na Praça Rui Barbosa. Esta igreja foi inaugurada em 1931 e atualmente é a construção religiosa mais antiga da cidade, tendo grande significação para a população que ainda a utiliza de forma efetiva.

A igreja é diretamente utilizada pelos congadeiros na festa do Congado, e indiretamente por aqueles que assistem à festa, vêem pela televisão ou passam por ela no seu caminho pelo centro da cidade.



Igreja Nossa Senhora do Rosário c. 1931 - Uberlândia MG. Acervo do CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História.

Nossa senhora do Rosário é santa devota e protetora dos ex-escravos e negros que também dá o nome à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São

Benedito dos Homens de cor de Uberlândia, que tem sede nesta igreja, uma entidade criada por ex-escravos em 1916, que está por trás da organização da festa do congado que acontece anualmente na cidade.

Sabe-se que um dos fatores que justifica a importância da igreja para a história da cidade é ser sede de uma tradicional festa popular, a Congada, que têm os negros como sujeitos principais. É importante informar que, os negros, por muito tempo eram proibidos de entrar em qualquer outra igreja da cidade, até mesmo os que eram cantores ou músicos precisavam ficar de costas para o altar para se apresentarem. Foi na igreja do Rosário que puderam ter participação.

O tombamento da Igreja aconteceu na década de 1980, mesmo período em que outros tombamentos estavam sendo realizados na cidade, já com uma política cultural e um setor responsável pela preservação, no entanto, no processo de tombamento da Igreja do Rosário de Uberlândia, cujo projeto de lei é de autoria do vereador Eurípedes Barsanulfo de Barros, ainda não se compôs nem em inventário.

De acordo com um projeto que foi transformado em lei em 1985: *Fica tombada a Igreja Nossa Senhora do Rosário, como pertencente à memória e patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município.*¹⁸ Na justificativa para o tombamento no projeto de lei não consta a importância daquela igreja, sua história ou características físicas, sociais ou imateriais. A importância que se atribui é:

Os templos são marcos que registram, indelevelmente, a cultura dos povos. Daí a nossa proposição perante essa casa de leis, no sentido de deixar para as futuras gerações a história de nossos antepassados e dos nossos dias, contada através do betume, do cimento e do aço, revestido pela expressão artística do nosso tempo.

Invoco, pois, hipotecado apoio de todos os nobres vereadores – valendo-se das prerrogativas de legítimos representantes do povo de Uberlândia e da autoridade do cargo que esse mesmo povo nos conferiu – para aprovar o projeto de lei, instruído por esta peça processual, que tomba a igreja Nossa Senhora do Rosário.¹⁹

¹⁸ **Prefeitura Municipal de Uberlândia.** Lei nº4.263 de 09 de dezembro de 1985. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

¹⁹ Processo nº 6043 (1985) **Tomba a igreja Nossa Senhora do Rosário.** Acervo do Arquivo público Municipal de Uberlândia.

Uma justificativa que versa sobre o valor da preservação, sendo também um apelo aos demais vereadores, mas esta que se constitui a única justificativa do processo de tombamento da Igreja do Rosário não contempla características sociais ou imateriais, que seria um dos importantes motivos da preservação daquela igreja que, para além de ser o imóvel religioso mais antigo de Uberlândia, é sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de cor, entidade que mantém a tradição da festa do Congado.

Ainda inexistem registros sobre quaisquer aspectos sociais e imateriais que envolvem os bens culturais. Até mesmo recentemente por volta de 2001, quando a divisão de Patrimônio da Secretaria de Cultura, por volta do ano de 2001, contratou arquitetos e alunos do curso de arquitetura da UFU, sob adequada remuneração, para a produção de inventários de todos os bens tombados, que até então não tinham sido inventariados, estes inventários produzidos são sintéticos e técnicos, onde apenas interessam os aspectos físicos e estruturais dos bens.

Há também, a recente produção de uma cartilha educativa sobre o patrimônio histórico de Uberlândia, sem dúvida, foi uma iniciativa importante, com a proposta de tornar conhecidos os bens tombados como patrimônio cultural da cidade, no entanto, a publicação não contempla os aspectos sociais dos bens. Na parte dedicada à igreja Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia se preocuparam em repassar informações sobre o ano da construção, local onde foi construída pela primeira vez, rua, ano de finalização da obra, janelas e larguras das portas. No entanto, não há nenhuma referência sobre a participação dos negros desde sua fundação, nem sobre a festa do Congado que, desde 1916, finaliza-se ao redor da igreja, que reúne além dos ternos participantes, centenas de pessoas como espectadores.

Partindo do fato de que, para muitas pessoas lembrar da igreja significa lembrar da festa, a igreja do Rosário é um local simbólico que mantém viva uma tradição. Sobre a força desse aspecto social da igreja, Gabarra esclarece-nos que:

conforme a cidade crescia, a população negra e alguns brancos mantiveram o congado como forma de representação da cultura negra junto aos órgãos oficiais, proporcionando visibilidade aos praticantes enquanto moradores da cidade. Uma vez por ano, ou mesmo duas, esses trabalhadores ocupam as ruas da cidade cantando, tocando e dançando e se mostram para o resto da população como também para os seus

representantes religiosos e governamentais, como pessoas que têm força de união e organização. (...) as ruas principais do centro ficam ocupadas pelos congadeiros e se torna impossível negar-lhes a existência.²⁰

Assim, busco compreender como a história da igreja do Rosário não está dissociada da existência da festa, que é um aspecto tão importante. Mas como observado, isso não é contemplado no material educativo e pouquíssimo abordado no inventário formal do bem.

Esta igreja passou por um processo de restauração entre os anos de 1987 e 1988, época que a Prefeitura de Uberlândia fez uma parceria com IEPHA/MG para apoio técnico da obra e isso aconteceu de novo recentemente no ano de 2006.

A igreja que foi azul por longas décadas foi devolvida à sua suposta “autenticidade” na última restauração em 2006. Os técnicos responsáveis pela obra de restauração, equipe experiente e proveniente de Belo Horizonte contratada pela prefeitura, ao fazerem o processo de prospecção das camadas de tinta nas paredes da igreja, descobriram que a suposta cor original da igreja na sua fundação haveria sido a cor amarela. Após esta descoberta deram nova cor a ela, sem consultar a irmandade ou as pessoas ligadas diretamente à igreja. A igreja também conhecida por “igrejinha azul”, por mais de trinta anos, passou a ser amarela.

Sobre isso, foi relatado pela restauradora responsável pela obra em uma palestra após o término das atividades que, durante o trabalho de restauração, as pessoas que começaram a ficar sabendo da possível troca da cor da igreja, questionavam a ela sobre a mudança. Inconformadas, passavam pela igreja e perguntavam para as pessoas que estavam trabalhando na restauração o porquê de mudar a cor azul da igreja, a resposta da restauradora para estas pessoas quando isso acontecia, de acordo com ela, foi explicar que estava apenas cumprindo seu serviço de retornar a igreja à forma mais original possível, e que se a igreja teve a primeira cor amarela, que ela voltaria a ter essa cor.

No entanto, penso que o profissional restaurador deveria estar atento aos aspectos imateriais que envolvem seu trabalho, que não deve ser apenas exato, neste

²⁰ GABARRA, Larissa Oliveira. **A Dança da Tradição: Congado em Uberlândia século XX**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003, p. 103.

caso específico, não que estivesse a cargo dela resolver o impasse, mas lhe caberia encaminhar os questionamentos ao conselho de patrimônio e à secretaria responsável antes de continuar os trabalhos.

O que pessoas ligadas à festa, moradores das proximidades e a irmandade relatam hoje é o descontentamento com a nova cor. Jeremias Brasileiro descreve um pouco do significado da cor azul:

Eu por exemplo nasci sob o signo da cor azul, a cor azul desde tempos imemoriais pra muitas pessoas que são congadeiros, não dá pra estimar em números, são centenas e centenas que são congadeiros e que estão dentro dos terreiros da religiosidade afro, e a questão da cor é muito forte, a cor azul tem um simbolismo espiritualístico que vem desde o tempo da escravidão, que tinham pessoas que importavam essa tinta azul tirada de sementes. Eu, pelo menos, não acostumo com essa cor aí não, isso é coisa de arquiteto, desse pessoal aí, não vejo sentido necessário em querer resgatar uma origem pura, quem pode garantir que a origem pura é aquela cor? quem pode garantir... não dá...²¹

Sobre os significados que muitas vezes envolvem o imóvel, como descrito por Jeremias Brasileiro sobre a importância da cor azul da igreja para os congadeiros, as pessoas que utilizam e transitam por ela é que estão mais aptas a decidirem, visto que, via de regra não é a secretária de cultura, nem a restauradora, nem o arquiteto que frequentarão e utilizarão a igreja.

Analizando uma outra experiência de restauração na cidade de Goiás, porém, muito semelhante a de Uberlândia, Tamaso conclui que: *o usuário do espaço urbano é quem mais o conhece. No entanto, é o menos considerado, porque seu saber local, não especializado, é tido como insuficiente para servir de referência para os técnicos das instituições preservacionistas*²².

²¹ Entrevista com Jeremias Brasileiro, pesquisador e General da Irmandade do Rosário de Uberlândia, Minas Gerais. Entrevista realizada em julho de 2007.

²² TAMASO, 2007, p. 268.

2.3 – Práticas de preservação do patrimônio histórico em Uberlândia: a distância entre tombar e preservar.

Independentemente de sabermos com clareza se o sentido motivador do tombamento de ambas as igrejas citadas e outros bens para os agentes envolvidos foram os aspectos sociais que os envolvem, podemos observar que a discussão se limitou ao âmbito legislativo e as ações de preservação, não consistentes, não seguiram princípios básicos de uma política de preservação, que de acordo com Arantes:

O tripé que confere consistência à defesa da decisão de proteger oficialmente um bem cultural e que fundamenta as decisões que, ao longo do tempo, orientarão a sua gestão pelo poder público inclui: (1) a precisa delimitação do bem considerado, (2) a identificação tecnicamente correta e completa dos valores que lhe são atribuídos segundo parâmetros acadêmicos vigentes e (3) a produção de documentação consistente das evidências que sustentam a atribuição desses valores.²³

Estes procedimentos citados, que a meu ver também podem ser sintetizados como delimitação, pesquisa, produção de inventário e dossiê eram conhecidos na época dos tombamentos em Uberlândia. Na década de 1980 já eram difundidos pelos órgãos IPHAN, e pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) existente desde 1971.

Essa preocupação em preservar memórias da cidade, que não necessariamente fossem apenas o ato do tombamento já havia sido divulgada pelos professores do departamento de Ciências Sociais. Em 1985, quando a Divisão de Patrimônio Histórico e a vereadora Olga Helena se empenharam em fazer uma lei que organizasse e instituisse o Patrimônio Histórico da cidade foram solicitadas apreciações

²³ ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural: Desafios e Perspectivas. Texto apresentado na Conferência de abertura do I Simpósio de Patrimônio Histórico Cultural do Triângulo Mineiro. Uberlândia, 17 de setembro de 2007.

e contribuições dos professores sobre o projeto de lei, e nestes pareceres Miriam Massaro e Maria Clara Tomaz se posicionaram sobre conceitos e delimitações:

A proteção de que fala o artigo (*) se constitui em um dos aspectos da preservação. A preservação não significa decididamente tombamento, mas pressupõe a conscientização dos valores Históricos, artísticos e culturais tanto por parte da sociedade como do poder público.²⁴

Em carta à Câmara Municipal, a professora Heloísa Helena Pacheco coordenadora do Projeto de Preservação do departamento de Ciências Sociais - UFU elogia a iniciativa do projeto de lei, que contribui para valorização da História e Cultura do município e a importante valorização da memória/histórica da cidade, porém, acrescenta a crítica:

1 - No nosso entender, o problema do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural é bastante grave e requer um estudo profundo do assunto, principalmente no que se refere às definições do que seja patrimônio, bem cultural, preservação e tombamento. Seria interessante portanto que estes termos estivessem melhor definidos no referido projeto. Essa observação se justifica na medida, que existe uma grande diferença entre preservação e tombamento. Acreditamos que seja necessário em primeiro lugar definir uma política de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e que no seu plano de ação estejam inseridas as formas de tombamento, proteção, etc.²⁵

Tanto no posicionamento de Miriam Massaro e Maria Clara como da coordenadora do projeto de Preservação Heloísa Helena Pacheco há um alerta para que não se confundisse tombamento com preservação, pois preservar requer planejamento e ações que vão de encontro com a comunidade, algo que não aparece nos processos analisados.

²⁴ Sugestões da professora Maria Clara e Miriam Massaro. Doc anexo ao processo 5932 (1985). Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia. (*) Não foi especificado de qual artigo estavam referindo.

²⁵ Carta/Ofício da Coordenadora do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia (UFU) à Câmara Municipal de Uberlândia. 22/08/1985. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Como podemos notar, as contribuições do Projeto de Preservação da Universidade transmitiu na década de 1980 aos autores do projeto de lei para o Patrimônio Histórico Cultural de Uberlândia justamente a definição de preservação num sentido mais amplo do que o ato de tombar. A preservação da memória da cidade se compõe de uma política, que pode ser iniciada através de pesquisa, identificações, restaurações, produção e registros. E não o contrário tombar, para depois pesquisar e pensar sobre o bem selecionado. Como coloca Arantes explica:

Vale lembrar que a dialética de afirmação e contestação de hegemonias e a dinâmica social constantemente modificam, refazem e deslocam as identidades; assim também, a criatividade humana reinventa incessantemente o social. Por isso, o patrimônio pode ser esquecido, reinventado ou tornar-se suporte de significados simbólicos inesperados. **A proteção oficial não lhe garante lugar seguro no panteão institucional da cultura, e este é um desafio perene e estrutural que se coloca para as instituições responsáveis pela proteção e conservação desses tesouros oficialmente protegidos.**²⁶

Diante do exposto, entendo que, não seria então o ato do tombamento oficial do bem que lhe garantiria a preservação ou a valorização de sua importância na comunidade, além disso, se após ser “consagrado” o bem não for acompanhado por uma política cultural que também se preocupe com o uso social do mesmo, este pode ser esquecido, deteriorado, como é o caso da igreja de Miraporanga, ou passar por problemas que necessitem da intervenção de órgãos competentes, como é atualmente o caso da Igrejinha do Rosário de Uberlândia, tombada pelo patrimônio histórico. A igreja é um local que devia prezar pelo uso público, de toda comunidade, e os congadeiros têm sido proibidos pelo padre de entrar na igreja no dia da Festa do Congado. Um problema que volta a acontecer de tempos em tempos demanda acompanhamento e intervenção do conselho de patrimônio. Por concordar com a pertinência da reclamação dos congadeiros, reproduzo para conhecimento dos leitores, a carta enviada pelo MONUVA ao Conselho de Patrimônio (Anexo - 1).

²⁶ ARANTES, 2007, p. 4.

Retomando a idéia de Gonçalves, o patrimônio não existe apenas para ser contemplado ou representar valores abstratos, existe para ser “habitado”, utilizado. Esta é uma das principais funções do bem cultural preservado.

Considerações Finais

Ao tentar compreender o Patrimônio Histórico Cultural na cidade de Uberlândia e sua relação com a sociedade, entre as práticas e os usos, dos agentes e das gentes neste município pude chegar a algumas observações.

Conforme destaquei no primeiro capítulo, a gestão peemedebista à qual é geralmente atribuída a virtude da sensibilidade para com a memória da cidade, inaugurando a preocupação com o Patrimônio Cultural, não foi de onde partiram as primeiras iniciativas para uma política de preservação; estas sim, partiram dos projetos desenvolvidos no antigo departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e dos professores que, já em 1980, tornaram a preocupação consistente e a levaram à público, além de questões sobre a salvaguarda de documentação referente a história do município e o registro de locais e imóveis que teriam valor histórico e social.

Junto a essa preocupação advinda da universidade na década de 1980 houve transformações nacionais no campo cultural que fizeram desta uma questão candente em diversos municípios que ainda não tivessem criado uma política cultural, sendo assim Uberlândia e diversas cidades criaram neste período Secretarias de Cultura, com projetos e políticas específicas para cultura.

Uberlândia institui em 1984 sua secretaria de cultura desvinculada da secretaria de Educação, estabelece também uma Divisão de Patrimônio Histórico e logo à frente estabelece um Conselho de Patrimônio que, apesar de criado por lei em 1985, só teve existência efetiva em 1987 paradoxalmente quando a maioria dos tombamentos já haviam sido realizados por vereadores.

A maneira como foram conduzidos os processos de seleção, tombamento e registro dos bens tombados em Uberlândia pelos agentes na década de 1980 deixou comprovada a inexistência de uma política de preservação. O que se tem é apenas a existência de atos de tombamento. Essas ações, muitas vezes, distanciaram a comunidade dos bens tombados ou acarretaram a não identificação com essa memória preservada.

Estas práticas de tombamento que não se baseavam num diálogo com a comunidade, e não se integravam de pesquisa, registro e, muitas vezes, nem sequer de justificativas de seus possíveis valores históricos e sociais, demonstram a não existência de uma política cultural na cidade.

Foi percebida a permanência deste tipo de prática, que não se preocupava em justificar e refletir sobre os valores históricos e sociais, sobre a importância e relação do

bem histórico com a comunidade e menos ainda com a pesquisa e o registro em inventários de bens tombados em dois momentos distintos. Tanto com o primeiro tombamento de patrimônio histórico do município em 1968 da igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga quando ainda não havia nem secretaria de cultura nem indícios de qualquer política cultural, e essa mesma prática permaneceu aos bens tombados num outro momento, na década de 1980, que teoricamente tais tombamentos nesse período já seriam baseados em uma política de preservação conduzida pela secretaria de Cultura e a nova Divisão de patrimônio.

Num terceiro momento observado, quando a secretaria de cultura resolve inventariar seus patrimônios históricos, por volta do ano de 2002, esse ainda não foi feito com a preocupação com a pesquisa e com a ressalva da relação social do bem para cidade. Foram feitos inventários puramente técnicos e realizados com falta de informações e, por vezes, com equívocos sobre as justificativas.

Acredito que a relevância deste estudo é tocar em reflexões que contribuem para se compreender a atual relação da cidade com o seu patrimônio histórico. Um tipo de ação preservacionista conduzida desde 1980 e que não se pauta no diálogo com a comunidade retrata alguns motivos de abandonos de bens tombados hoje em dia na cidade ou por outro lado indignação de grupos que quando utilizam um bem tombado não são levados em conta para definir aspectos de restaurações como a mudança de cor da igreja.

Não consegui esgotar o assunto, é claro, mas acredito que iniciei um estudo sobre o patrimônio histórico cultural na cidade de Uberlândia. Apresentei algumas de minhas inquietações, tais como a de que, não me preocupo nem em negar, nem em afirmar um Patrimônio Histórico, mas perceber como se estabeleceram as relações entre patrimônio e sociedade no município de Uberlândia.

Aneiros

MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta

Rua Itapuã, 189 – Bairro Vigilato Pereira CEP: 38.408-622 – Uberlândia MG. Fone: 3216-4834 / 9106-1715.

CNPJ 21.241.41/0001-03 / Insc. Municipal 037401005 / insc. Estadual isenta

Pela presente vimos manifestar a nossa insatisfação em relação à forma com que a comunidade negra foi tratada na festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito tendo em vista relação direta com a reforma da referida igreja que é um marco para uma festa centenária de resistência e de luta contra o Racismo e formas de discriminação racial. Manifestamos, questionamos e cobramos providências dos órgãos competentes; SMC e COMPHAC, que discorrem e deliberam acerca de normas de tombamento, conservação e utilização do Patrimônio Público tombado.

DOS FATOS.

Nós, enquanto entidade representante da população negra e afrodescendente da cidade de Uberlândia MG, recebemos inúmeras reclamações de cidadãos Negros que na data de 14/10/2007 Domingo, dia da festa do Congado, o expoente histórico mais significativo para a cidade de Uberlândia, foram impedidos de adentrar ao interior da igreja sofrendo ainda agressões verbais do Padre Baltazar. Ora que ironia, os fiéis negros, senhoras, crianças, adultos, jovens, tem de realizar suas orações do lado de fora da igreja pela simples determinação do padre. Pior ainda, colocar segurança nas entradas da igreja para impedir a entrada dos fiéis. Imagine aqui, a vergonha a que a comunidade negra foi submetida ao ser impedida de adentrar em um recinto para nós tão familiar. Entendemos e por isso queremos providencias acerca, que o bem tombado foi restaurado com verba pública, e quando dizemos público, todos tem de ter acesso. Caso contrário, a igreja rica e poderosa como é deveria ter reformado o prédio com seus próprios recursos. Naquele momento em que os negros foram impedidos de entrar na igreja, tivemos a certeza nítida de que a discriminação e o preconceito está cada vez mais pujante, e que a grande maioria das pessoas principalmente o poder, se cala e aceita esta tortura velada. Então desta forma é como se nos desse um tapa na cara e dissesse que não temos educação para nos comportar-mos num recinto sagrado; e o padre tenta justificar falando que era para não estragar a pintura.... se o dinheiro não saiu do bolso da igreja. Depois desta demonstração de racismo fica claro que o interesse da igreja na festa é somente a arrecadação de dinheiro e donativos para abastecer a dispensa da paróquia. E o negro, continua sendo para ela, o mesmo saco de pancada, o mesmo ser coisa, objeto, no princípio da colonização.

Fica aqui o nosso repúdio contra a forma que estamos sendo tratados em um espaço que é de todos nós.

Cobramos providências, principalmente para o uso da igreja que além de tudo, permanece fechada e ai sim, vai estragar bem mais rápido por falta de uso.

A DIREÇÃO

Bibliografia

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e História política em Uberlândia. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 4:79-102, jan/jun.1991.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo, Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

_____. Nota Introdutória. In: HALL, Stuart. **A questão da identidade Cultural**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

_____. Patrimônio Cultural: Desafios e Perspectivas. Texto apresentado na Conferência de abertura do **I Simpósio de Patrimônio Histórico Cultural do Triângulo Mineiro**. Uberlândia, 17 de setembro de 2007.

BOTELHO, Isaura. Para uma discussão sobre política e gestão cultural. In: **Oficinas do sistema nacional de cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2006.

BRASIL. Constituição. Brasília, 1988.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1982.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O Direito à Memória**: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DÂNGELO, Newton. **Escolas sem professores**: o rádio educativo nas décadas de 1920/40. Mestrado-História, PUC/São Paulo, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

FRÚGOLI JR. Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Áreas (org.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp, 2006.

GABARRA, Larissa Oliveira. **A Dança da Tradição**: Congado em Uberlândia século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

GAZZINELLI, Gustavo; MEIRA, Márcio. O sistema nacional de Cultura. In: **Oficinas do sistema nacional de cultura**. Ministério da Cultura. Brasília, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da Perda**: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 2002.

_____. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **A questão da Identidade Cultural**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do Tombamento e a Escrita da História**: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR. Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Áreas (org.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/ Edusp, 2006.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Soene Ozana de. **Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes. **Caminhos e trilhas**: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia – 1950/1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, n.17, nov., 1998.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 4: 37-77, jan/jun 1991.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo – Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et all. (org.) **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Nacional Pró Memória, 1985.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma História Cultural**. Editora Estampa: Lisboa, 1998.

RIZZOTTO, Caroline Campos. Imagens de Uberlândia: Patrimônio Cultural. In: **Revista Olhares e Trilhas**, V.7, n.7, EDUFU, Uberlândia, 2006.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Nas sendas do Progresso: Trabalho e Disciplina. Uberlândia, um percurso Histórico. **Cadernos de História**, Uberlândia, 4 (4): 9-16, janeiro 1993.

ROLNIK, Raquel. Preservação e Modernidade. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SANTOS, Carlos Meneses Souza, **1983 – Democracia Participativa e tensão Social em Uberlândia**: Experiências de moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. 2006. Monografia (Graduação em História) Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio: um anteprojeto ainda atual. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 30, MINC/IPHAN, 2002.

TAMASO, Izabela. A Cruz do Anhanguera: representações, experiências, memórias, patrimônio. In: FRÚGOLI JR. Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Áreas (org.). **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**. Rio de Janeiro, vol.12, Abr., 2006.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**: Atribuição de Valores a uma Memória Coletiva Edificada para o Estado. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FONTES

PERIÓDICOS

Jornal Primeira Hora (1982 – 1988) – Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal Primeira Hora - 28/11/1982
Jornal Primeira Hora - 13/01/1983
Jornal Primeira Hora - 28/01/1983
Jornal Primeira Hora - 30/01/1983
Jornal Primeira Hora - 23/10/1984
Jornal Primeira Hora - 26/11/1984
Jornal Primeira Hora - 06/11/1984
Jornal Primeira Hora - 28/05/1985
Jornal Primeira Hora - 01/03/1986
Jornal Primeira Hora - 16/09/1986
Jornal Primeira Hora - 26/05/1987
Jornal Primeira Hora - 28/01/1988

Jornal Correio de Uberlândia (1968 e 1980 – 1989) - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Jornal correio de Uberlândia - 13/09/1968
Jornal correio de Uberlândia - 31/08/1980
Jornal Correio de Uberlândia - 05/02/1983
Jornal Correio de Uberlândia - 09/12/1983
Jornal Correio de Uberlândia - 13/09/1984
Jornal Correio de Uberlândia - 05/04/1985
Jornal Correio de Uberlândia - 19-06-1985
Jornal Correio de Uberlândia - 27/09/1985
Jornal Correio de Uberlândia - 28/09/1985
Jornal correio de Uberlândia - 26/11/1985
Jornal Correio de Uberlândia - 06/08/1989

PMU - Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Câmara Municipal de Uberlândia. 23/09/1968. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

PMU - Parecer da Comissão Permanente de Educação e Saúde. Câmara Municipal de Uberlândia. 20/09/1968. Acervo do Arquivo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Atas do COMPHAC- 1987 – 1989 – Acervo do COMPHAC – Secretaria Municipal de Cultura.

Relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC – Durante o ano de 1987. Acervo do COMPHAC – Secretaria Municipal de Cultura.

Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Cultura. Relatório Viagem à Uberlândia. Motivo: Atender solicitação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Belo Horizonte – 16/09/1983. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

PMU – Lei nº 4263 de 09/12/1985 – Tomba a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

PMU – Lei nº 4217 de 15/10/1985 – Faz tombamento de prédios de interesse Histórico (a) A casa da Cultura b) o prédio onde funciona a Cemig). Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

PMU – Lei nº 4209 de 25/09/1985 – Tomba o prédio da Câmara Municipal, Coreto (Praça Clarimundo Carneiro) e a Praça Clarimundo Carneiro. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia

PMU – Lei nº 4240 de 1985 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

PMU – Lei nº 4694 de 13/06/1988 – Institui o Dia do Patrimônio e Memória de Uberlândia. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Zaire Rezende – Proposta para Ação do Governo Municipal – Uberlândia MG. 1982 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

PMU – Projetos Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia nas áreas de Educação, Cultura e Ação Social. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

UFU – Carta /Ofício do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia à Câmara Municipal de Uberlândia. 22/08/1985. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

UFU – Ofício Maria Clara Tomaz Machado e Miriam Massaro à Câmara Municipal de Uberlândia. Documento anexo ao Processo 5932 (1985). Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

ENTREVISTAS

Maria Clara Tomaz Machado, professora do Departamento de História – UFU, participante do Projeto de Preservação do Município de Uberlândia. Entrevista concedida em junho de 2007.

Jane de Fátima Rodrigues da Cunha, professora aposentada do Departamento de História – UFU participante do Projeto de Preservação do Município de Uberlândia. Entrevista concedida em 10 de maio de 2007.

Miriam Massaro, funcionária aposentada da Prefeitura Municipal de Uberlândia, uma das primeiras funcionárias da Divisão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura. Entrevista concedida dia 09 de maio de 2007.

Siomar Rodrigues, escritor, que esteve envolvido no processo de tombamento da antiga Câmara Municipal. Entrevista concedida dia 07 de julho de 2007.

Olga Helena da Costa, ex-vereadora de Uberlândia, autora da lei de Patrimônio Histórico da cidade e membro do Comphac desde 1987. Entrevista concedida dia 31/03/2007.

Ilma Naves Tavares, moradora do Bairro Bom Jesus e ex-membro do Monuva na década de 1980. Entrevista concedida em Agosto de 2007.

Dona Diva Aparecida da Silva e Senhor **Hélio Rodrigues da Cunha**, os mais antigos moradores do Distrito de Miraporanga atualmente. Entrevistas concedidas dia 07/11/2007.

Jeremias Brasileiro, congadeiro e atual General da Festa do Congado de Uberlândia.